

16/08/2019

Grande Imprensa

**CORREIO BRAZILIENSE - DF**

[Mudança na alfabetização](#)

[Corte pode ser revisto](#)

**FOLHA DE S. PAULO - SP**

[Cidades e educação](#)

[Por uma agenda consistente na alfabetização](#)

[MEC lança cartilha sobre nova política de alfabetização mas não detalha implementação](#)

[Após fim de programa, MEC diz que vai manter tempo integral no ensino médio](#)

[Escolas-conceito para classe C em São Paulo têm mensalidade de até R\\$ 700](#)

[Após corte no orçamento, CNPq deverá encolher em 2019](#)

[Contrato com organizações sociais caberá a reitor, diz secretário do MEC](#)

**O ESTADO DE S. PAULO - SP**

[A gestão errática da educação](#)

[CNPq](#)

**O GLOBO - RJ**

[Calma, ministro](#)

[CNPq suspende 4.500 bolsas de graduação e pós por falta de verba](#)

[MEC propõe alfabetizar crianças e jovens pelo método fônico](#)

Revistas

**CRUSOÉ**

[O ministro brigão](#)

Imprensa Estadual

**FOLHA DE LONDRINA - PR**

[Com baixa qualidade, formação de docentes a distância supera presencial](#)

**J. DO COMMERCIO - PE**

[DESEMPENHO NA EAD É PIOR QUE O DA PRESENCIAL](#)

[PEDAGOGIA FEITA A DISTÂNCIA](#)

**O DIA - RJ**

[Prazos para ProUni e Fies são prorrogados](#)

Agências de notícias e sites

**CATRACA LIVRE**

[Petição em defesa do CNPq reúne 82 mil assinaturas em poucos dias](#)

**AGÊNCIA ESTADO**

[CNPq suspende oferta de 4,5 mil bolsas ociosas](#)

**G1**

[Sem definição sobre crédito suplementar, CNPq suspende apoio para novos bolsistas](#)

[Caderno sobre política de alfabetização do MEC é muito genérico, dizem especialistas](#)

[Com infraestrutura precária, escolas do Mato Grosso reivindicam melhorias](#)

**UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[Governador do Rio é alvo de protestos durante banca de doutorado](#)

Agências de notícias e sites

**BLOG DO VALENTE**

[Unicesumar lança Biblioteca Digital com serviços para alunos e comunidade](#)

**FUNDACRED**

[Cooperação internacional é foco da 10ª edição do InfoCAPES](#)

**INFONET**

[Prazo de inscrições para o Prêmio Luiz de Castro Faria acaba sexta](#)

## **SEGS - PORTAL NACIONAL**

[Programa Marca envia 42 estudantes brasileiros a países da América Latina](#)

### **URURAU**

[Prorrogadas até dia 18 inscrições de Mestrado em Macaé](#)

### **G1**

[Após instabilidade nos portais, MEC prorroga prazos do Prouni e Fies](#)

[UFRR rejeita adesão ao programa Future-se, do Ministério da Educação](#)

[Reitor diz que corte de verbas na UFPR pode comprometer o pagamento das contas de água e luz a partir de setembro](#)

### **PORTAL EXAME**

[Presidente da Andifes - MEC não pode tratar universidade como repartição](#)

Agências de notícias e sites

### **A TARDE ON LINE**

[Faculdades poderão oferecer mestrado e doutorado à distância em 2020](#)

### **CONTEXTO EXATO**

[Em Brasília. Fundação de pesquisa local faz parceria com UnB e AEB para lançamento de nanossatélite](#)

### **JORNAL GRANDE BAHIA**

[Secretaria da Educação do Estado e MEC dialogam sobre o fortalecimento da Educação Básica na Bahia](#)

### **PORTAL CARTA CAPITAL**

[Ciência sob censura](#)

### **PORTAL T5**

[Universidade da Paraíba seleciona pesquisador para capacitação no exterior](#)

### **ACORDA CIDADE**

[Secretaria da Educação e MEC dialogam sobre o fortalecimento do ensino básico na Bahia](#)

### **AGÊNCIA BRASIL**

[Educação a distância prevalece na formação de novos professores](#)

[Prazos para ProUni e Fies são prorrogados](#)

### **AGÊNCIA ESTADO**

[MEC prorroga prazo de inscrição para ProUni e Fies](#)

### **AGÊNCIA FOLHA**

[Proposta amadora](#)

[Após fim de programa, MEC diz que vai manter tempo integral no ensino médio](#)

[Falta de política para tempo integral é sintoma de ausência de projeto para educação](#)

### **AGÊNCIA GLOBO**

[Estudo revela que 61% dos futuros professores do Brasil estão matriculados em cursos a distância](#)

[Após piada, Abraham Weintraub se desculpa com Portuguesa e ironiza UNE](#)

### **BAHIA ECONOMICA**

[SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E MEC DIALOGAM SOBRE EDUCAÇÃO NA BAHIA](#)

### **CORREIO WEB**

[MEC lança caderno de Política Nacional de Alfabetização \(PNA\)](#)

[MEC prorroga prazos do ProUni e do Fies](#)

### **G1**

[MEC lança orientações sobre a Política Nacional de Alfabetização](#)

[Universidade Federal do Ceará decide não aderir ao Future-se, do Ministério da Educação](#)

[Futuros professores: 61% dos calouros de pedagogia ou outra licenciatura estudam a distância](#)

## **METRÓPOLES**

[Por “instabilidade nos portais”, MEC prorroga prazos de ProUni e Fies](#)

## **PORTAL ISTOÉ**

[Educação a distância prevalece na formação de novos professores](#)

## **TERRA**

[MEC prorroga prazo de inscrição para ProUni e Fies](#)

## **UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[Na contramão, reitoria da Ufscar diz ver potenciais vantagens no Future-se](#)

[Prazos para ProUni e Fies são prorrogados](#)

[MEC lança caderno de nova política de alfabetização e estabelece diretrizes](#)

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL**

### **Mudança na alfabetização**

#### **SOCIEDADE**

O Ministério da Educação lançou, ontem, o Caderno da Política Nacional de Alfabetização (PNA). Segundo a pasta, o guia destina-se a estados e municípios, professores e alunos do ensino fundamental e detalha a política lançada por decreto em abril, na cerimônia de 100 dias do governo Bolsonaro.

Em 54 páginas, o documento apresenta o cenário educacional e relatórios científicos internacionais. O objetivo, segundo o MEC, é o de elevar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo no Brasil. Entre as mudanças, a PNA prioriza o método fônico, classificado no decreto como uma lista de “seis componentes essenciais para a alfabetização”.

Além disso, a política prevê reforço nas atividades do ensino infantil e na pré-alfabetização, e maiores esforços para a conclusão do ensino da leitura ainda no primeiro ano do ensino fundamental. A adesão às diretrizes da PNA é voluntária.

Weintraub afirmou que a nova política pretende implantar uma abordagem científica, baseada no pensamento aristotélico e no do filósofo francês René Descartes. “A base desse pensamento é a evidência empírica. Contra fatos não há argumentos. Se eu seguir tal processo repetidas vezes, qual o resultado? Repetidas vezes o mesmo resultado. Qual o resultado desses anos todos de pensamento dogmático na educação brasileira? Metade das nossas crianças não sabe ler, escrever ou fazer contas básicas”, apontou.

O diretor de estratégia política do Todos pela Educação, João Marcelo Borges, afirmou que o documento do MEC peca pela falta de evidências científicas e institucionais sobre a alfabetização. “Faltam detalhes e orientações operacionais para a implementação da política”, disse. “É um documento conceitual, ainda sem direcionamento de quais programas serão implantados, como se dará a relação com estados e municípios e quais recursos aplicados, quantas escolas e alunos serão atendidos”, criticou.

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL**

### **Corte pode ser revisto**

A retenção de verbas para as universidades poderá ser revista a partir do próximo mês, segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), cujos dirigentes se reuniram na terça-feira com o ministro da Educação, Abraham Weintraub. “O ministro disse que a arrecadação melhor do mês de agosto, com o recebimento de dividendos pelo governo federal, permitirá um desbloqueio a partir de setembro”, informou nota da entidade. Em nota, o MEC não confirmou uma data específica, mas afirmou que, “caso o cenário econômico apresente evolução positiva neste segundo semestre, os valores bloqueados serão reavaliados”.

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO**

### **Cidades e educação**

#### **Secretários municipais de Educação sabem em que seus alunos estão avançando e o que ainda falta aprender**

Escrevo aqui da Bahia, onde cerca de 1.500 secretários e diretores municipais de educação básica se reuniram para discutir desafios de financiamento e gestão da educação básica para assegurar aprendizagem. Vim lhes falar sobre estratégias para aprimorar as políticas educacionais, mas acabei sobretudo aprendendo com eles.

Impressionou-me o compromisso deles com o processo de colaboração com seus respectivos estados, na elaboração de currículos estaduais. Hoje quase todos contam com uma tradução da Base Nacional Comum Curricular para o conjunto de seus municípios, num esforço que atravessou diferentes administrações e governos de distintos partidos políticos, permitindo que possamos ter clareza do que deve ser ensinado na educação infantil e no ensino fundamental, etapas de responsabilidade da maior parte dos municípios.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudia-costin/2019/08/cidades-e-educacao.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO**

### **Por uma agenda consistente na alfabetização**

#### **MEC adota postura obtusa e tratamento superficial**

Os resultados das avaliações são taxativos: apesar de avanços pontuais, a educação brasileira ainda vive uma crise de aprendizagem. Até aqui as ações deste governo se caracterizaram por um deserto de propostas de política educacional.

Sem apresentar à sociedade brasileira qualquer proposta sistêmica e consistente para os enormes desafios, o MEC preferiu lançar-se numa sequência de polêmicas pautadas por um discurso simplista, que se reduziu a defender a militarização das escolas, a “desideologização” da educação nacional contra os vícios da chamada esquerda e uma visão restrita do conceito de evidências.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/08/por-uma-agenda-consistente-na-alfabetizacao.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - EDUCAÇÃO**

### **MEC lança cartilha sobre nova política de alfabetização mas não detalha implementação**

## **Encontro ocorreu sem lideranças de secretarias municipais, responsáveis por implementação**

O MEC (Ministério da Educação) divulgou nesta quinta-feira (15) um caderno com orientações sobre a nova política de alfabetização lançada pelo governo Jair Bolsonaro (PSL). O material explicativo é a primeira ação após a publicação de um decreto que instituiu o projeto, há mais de quatro meses, mas não há detalhes sobre como ocorrerá a implementação nas redes de ensino.

O encontro ocorreu sem a participação das lideranças da Undime, órgão que representa as secretarias municipais de educação, uma vez que, desde o dia 13, acontece na Bahia o Fórum Nacional da Undime. As secretarias municipais de educação concentram as matrículas da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, foco das ações de alfabetização.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/08/mec-lanca-cartilha-sobre-nova-politica-de-alfabetizacao-mas-nao-detalha-implementacao.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - EDUCAÇÃO**

### **Após fim de programa, MEC diz que vai manter tempo integral no ensino médio Pasta deve liberar recursos para ampliar jornada em 1.024 escolas de ensino médio do país**

Após anunciar o fim do programa "Novo Mais Educação" e o início de convênios com faculdades para estender a jornada escolar, o Ministério da Educação afirmou que irá manter o fomento ao tempo integral no ensino médio.

Segundo o secretário de Educação Básica, Janio Macedo, a pasta vai liberar uma nova parcela de recursos para 1.024 escolas que receberam no ano passado, ainda no governo Michel Temer (MDB), verba para ampliar a jornada para sete horas diárias no nível médio.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/08/apos-fim-de-programa-mec-diz-que-vai-manter-tempo-integral-no-ensino-medio.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - EDUCAÇÃO**

### **Escolas-conceito para classe C em São Paulo têm mensalidade de até R\$ 700 Colégios oferecem propostas semelhantes às de unidades que custam mais de R\$ 3.000**

A mensalidade custa R\$ 690, mas parece escola de rico: ensino integral, cada aluno com seu notebook, inglês todos os dias, laboratório "maker" para construir objetos utilizando na prática o que se aprende na teoria, aulas de Steam, o moderno sistema que integra ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática. E o prédio, na Penha, zona leste de São Paulo, foi reformado pelo renomado arquiteto Paulo Mendes da Rocha.

Inaugurada em 2018, a Escola Mais é exemplo de um segmento que o mercado de educação privada começa a explorar, o de "escolas-conceito" para a classe C. O projeto é abrir, em bairros da periferia, colégios que ofereçam ensino com métodos de vanguarda, normalmente restritos às escolas mais caras, que têm mensalidades que custam pelo menos cerca de R\$ 3.000 para o integral e ficam em regiões de alto poder

aquisitivo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/08/escolas-conceito-para-classe-c-em-sao-paulo-tem-mensalidade-de-ate-r-700.shtml>

topo ↗

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - EDUCAÇÃO**

### **Após corte no orçamento, CNPq deverá encolher em 2019**

#### **Para cumprir compromissos, mais de R\$ 300 milhões eram necessários; novas bolsas estão suspensas**

O CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, agência federal de fomento à pesquisa) publicou uma nota nesta quinta (15) informando que novas indicações de bolsas estão suspensas e que o orçamento para o órgão não deve ser integralmente recomposto em 2019.

Como déficit de mais de R\$ 300 milhões, que vem desde a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019, aprovada em 2018, a agência já havia congelado chamadas para financiamento de pesquisas e de bolsas. Cerca de 80 mil bolsistas são financiados pelo órgão.

"[...] Dessa forma, estamos tomando as medidas necessárias para minimizar as consequências desta restrição. Reforçamos nosso compromisso com a pesquisa científica, tecnológica e de inovação para o desenvolvimento do país, e continuamos nosso esforço de buscar a melhor solução possível para este cenário", conclui a nota.

Segundo disse recentemente à Folha João Luiz de Azevedo, presidente do CNPq, havia a expectativa de liberação de R\$ 310 milhões para garantir o pagamento das bolsas de estudos até o fim do ano. Elas podem ser suspensas a partir de setembro se não houver recursos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/08/cnpq-agencia-federal-de-fomento-a-pesquisa-devera-encolher-em-2019.shtml>

topo ↗

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER**

### **Contrato com organizações sociais caberá a reitor, diz secretário do MEC**

#### **Arnaldo Barbosa de Lima, da Educação Superior, afirma que autonomia será mantida**

O secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Arnaldo Barbosa de Lima, promete às universidades flexibilidade no formato de contratação de organizações sociais e extensão de atividades com o Future-se.

O projeto para o ensino superior federal, lançado pelo governo Jair Bolsonaro (PSL) em julho, prevê iniciativas de fomento ao financiamento privado nas federais e parcerias com organizações sociais.

Reitores, entidades educacionais e estudantis, porém, temem que as parcerias representem privatização nas ações e decisões tomadas por elas. O projeto foi alvo de manifestações nesta semana.

Lima rechaça o risco. Diz também que “não faltará dinheiro” para as contas, apesar do bloqueio de R\$ 2,2 bilhões em verba para as universidades.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/08/contrato-com-organizacoes-sociais-cabera-a-reitor-diz-mec-diz-secretario-do-mec.shtml>

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES**

### **A gestão errática da educação**

Um mês e quatro dias após ter lançado o documento Compromisso Nacional pela Educação Básica, com medidas importantes a serem adotadas até 2022, o Ministério da Educação (MEC) tomou duas decisões surpreendentes. Rompeu o acordo de cooperação que mantinha com a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), o que resultou na suspensão do repasse de R\$ 130 milhões para as 3,5 mil escolas em todo o País que participam do programa federal de modernização do ensino médio. E anunciou o fim do programa de ensino básico em tempo integral, que financia escolas públicas municipais e estaduais nas atividades de português e matemática.

Os três acontecimentos dão a medida das dificuldades de gestão do MEC no governo do presidente Bolsonaro, especialmente no âmbito do ensino médio, no qual a diretoria do Inep, responsável pelas avaliações desse ciclo educacional, está sem titular há alguns meses. Desde a posse de Bolsonaro, o cargo ficou mais tempo vago do que ocupado.

No caso do acordo com a OEI, os recursos destinavam-se à aquisição de materiais, à contratação de serviços e à compra de equipamentos. Pela medida provisória que o criou, em 2017, o programa financiado por esses recursos deveria ser implantado experimentalmente nessas escolas

em 2020. Com o rompimento do acordo por decisão do ministro Abraham Weintraub, consultores contratados para assessorar o MEC foram desligados. O ministro alegou que o convênio colide com as normas para formulação de acordos com organismos multilaterais. Disse, também, que o texto do convênio não teria sido analisado pela consultoria jurídica do MEC e que o projeto não teria sido elaborado pela pasta. Como vários consultores desligados atuavam na área de tecnologia da informação, alguns sistemas do MEC – entre eles o relativo à modernização do ensino básico – ficaram sem suporte técnico.

Quanto ao programa de ensino básico em tempo integral, o MEC quer substituí-lo por uma política que estimule as universidades a ceder espaços ociosos para alunos desse ciclo educacional. A ideia é que eles estudem no contraturno das aulas do ensino superior. As instituições que, com esse objetivo, assinarem convênio com o governo receberão uma nota extra nas avaliações de desempenho. Segundo o Inep, o valor da pontuação extra ainda não foi calculado, mas deverá ficar num patamar que não seja irrelevante, desestimulando as universidades a aderirem ao programa, nem tão alto, a ponto de desfigurar a avaliação do ensino superior.

Nos meios educacionais, essa informação deixou os especialistas intrigados. Em primeiro, por que em vez de limitar o convênio com as universidades públicas, o MEC anunciou que pretende estendê-lo às universidades privadas? Em segundo lugar, por que a concessão do bônus melhorará as classificações das universidades particulares nos

rankings de avaliação, sem que tenham tido melhoria concreta na qualidade do ensino que oferecem? O recebimento do bônus também permitirá às universidades particulares afastar o risco de terem notas baixas e serem punidas. Desde que o MEC anunciou essa política, as entidades que representam as universidades públicas não se manifestaram. Já o MEC reconheceu que dialogou com a Associação Nacional das Universidades Particulares, antes de anunciar a nova política.

Como se vê, num curto período de tempo, o MEC voltou a agir de modo errático, desperdiçando as esperanças de que vinha tentando recuperar o tempo perdido nos primeiros sete meses do governo, graças ao lançamento do Compromisso Nacional pela Educação Básica. Ele descontinuou programas que estavam em andamento. E os que anunciou carecem de informações básicas, como diretrizes e metas.

Desde que assumiu o governo, Bolsonaro criticou o excesso de ênfase dos governos anteriores no ensino superior e prometeu que daria prioridade ao ensino básico. Até o momento, o MEC continua ineficiente e inoperante. Se continuar assim, a promessa do presidente jamais será cumprida.

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE**

### **CNPq**

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) suspendeu o preenchimento de bolsas hoje ociosas. Isso afetará cerca de 4,5 mil benefícios (de cerca de 50 mil).

topo ↕

## **O GLOBO - RJ - ANCELMO GOIS**

### **Calma, ministro**

Abraham Weintraub, como se sabe, anda descontente com o que escrevem sobre ele na Wikipédia. No começo de julho, o ministro da Educação pediu aos responsáveis pela enciclopédia colaborativa para excluírem o verbete com seu nome. A página continua no ar, mas foi restrita para edições para evitar "vandalismos" —quando alguém altera informações sem base bibliográfica ou confirmação. Embora a equipe da Wikipédia tenha se colocado à disposição de Weintraub para explicar a ele como funciona o site, o ministro decidiu seguir outro caminho. Anteontem, o Ministério da Educação enviou um e-mail a Rodrigo Padula, um dos administradores da Wikipédia em português, pedindo que a página seja liberada para a edição, para que ele possa "exercer o seu direito à ampla defesa e ao contraditório". Ele discorda do que está escrito sobre os cortes que tem promovido na educação por todo o país. E faz uma ameaça: diz que o "silêncio" da Wikipédia será "tomado como recusa em atender ao presente pleito, ensejando a adoção das medidas judiciais cabíveis".

topo ↕

## **O GLOBO - RJ - SOCIEDADE**

### **CNPq suspende 4.500 bolsas de graduação e pós por falta de verba**

### **Cortes aconteceram em vagas que não estavam preenchidas, e bolsistas de iniciação científica, que recebem R\$ 400, foram os mais atingidos; conselho só garante pagamentos até este mês**

Em mais uma medida de aperto para lidar com o déficit de R\$ 330 milhões em seu orçamento deste ano, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), principal agência de fomento à pesquisa científica do país, anunciou ontem a suspensão de 4.500 bolsas para estudantes de graduação e pós-graduação.



"O CNPq informa a suspensão de indicações de bolsistas, uma vez que recebemos indicações de que não haverá a recomposição integral do orçamento de 2019. Dessa forma, estamos tomando as medidas necessárias para minimizar as consequências dessa restrição", escreveu o conselho, em nota publicada nas redes sociais.

As bolsas suspensas não estavam sendo ocupadas atualmente. Segundo o CNPq, elas pertencem às modalidades de bolsas por quota, que são concedidas não apenas a pesquisadores diretamente, mas a instituições de ensino, públicas ou privadas, que fazem sua própria seleção de bolsistas.

Atualmente, há 27 mil bolsas por cota ativas para iniciação científica (graduação), 8.650 para mestrado e 8.600 para doutorado. Elas pagam, respectivamente, R\$ 400, R\$ 1.500 e R\$ 2.200. No corte anunciado hoje pelo CNPq, as mais atingidas foram as de iniciação científica — cerca de 2.000 foram cortadas.

Procurado, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações — ao qual o CNPq é ligado — afirmou estar negociando com a Casa Civil a liberação de um crédito suplementar para evitar a suspensão do pagamento de bolsistas. O CNPq, em sua nota oficial, citou seu "compromisso com a pesquisa científica, tecnológica e de inovação para o desenvolvimento do país" e afirmou que continuará buscando "a melhor solução possível para este cenário". O orçamento do conselho vem caindo desde 2016. Passou de R\$ 1 bilhão para bolsas, naquele ano, para R\$ 784 milhões em 2019.

O presidente do conselho, João Luiz Filgueiras de Azevedo, afirma que o orçamento só permite pagar os mais de 80 mil bolsistas até setembro.

## EDITAL CORTADO

Para não aumentar a folha de pagamento que já não está coberta pelos recursos atuais, no mês passado o CNPq suspendeu um edital para novas bolsas, que previa a liberação de R\$ 60 milhões para alunos de pós-graduação atuarem no Brasil e no exterior.

O cofre vazio não é o único problema de Azevedo. O CNPq vem perdendo servidores desde 2012, quando foi realizado o último concurso público para a agência. À época, contava com 700 funcionários. Hoje, são 417, sendo que 45 estão cedidos para outras áreas do governo e 74 já estão aptos à aposentadoria.

A situação levou as principais entidades científicas do país — como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a Academia Brasileira de Ciências — a criar em um abaixo-assinado "em defesa dos recursos para o CNPq e contra a sua extinção". Até a noite de ontem, ele tinha quase 98 mil assinaturas.

[topo](#)

## O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

### MEC propõe alfabetizar crianças e jovens pelo método fônico

BRÁSÍLIA- O Ministério da Educação (MEC) apresentou ontem o caderno que descreve a Política Nacional de Alfabetização. Ela defende o uso do método fônico, pelo qual a criança aprende a reconhecer o som de cada letra para, a partir daí, ser capaz de combiná-las de modo a formar sílabas e palavras. Os termos do projeto foram publicados em decreto assinado por Jair Bolsonaro em abril .

O método fônico é usado no Brasil e adotado como padrão em Cuba, Canadá e Alemanha, por exemplo. Uma forma alternativa de alfabetização, o construtivismo, baseado em funções da linguagem para as palavras e sons, também é utilizado em diversas escolas brasileiras.

Cecília Motta, presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação, que representou os secretários estaduais na cerimônia, defende o uso de múltiplos métodos.

— A alfabetização pode usar várias linhas, qual é a diferença, não interessa o método que o professor aplique, interessa que a criança aprenda — afirmou a presidente.

Motta também disse que os estados e municípios ainda vão conversar e decidir sobre a aderência ao projeto, que é facultativa.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, defendeu a educação "baseada em evidências".

— A base desse pensamento é evidência empírica. Por mais bonita que seja a teoria de que a gente não consegue alfabetizar porque existe uma entidade malvada que vem de fora e impede, contra fatos não há argumentos.

topo ↕

## CRUSOÉ - REPORTAGEM

### O ministro brigão

**Abraham Weintraub diz que o MEC é até hoje um centro ideológico da oposição. Ele afirma que foi grampeado dentro do gabinete e que ganhou uma cusparada na cara em seu primeiro dia de trabalho**

O paulistano Abraham Weintraub é um dos ministros mais polêmicos de Jair Bolsonaro. Desde que assumiu a Educação, no dia 8 de abril, protagonizou episódios inusitados. Gravou um vídeo em que, segurando um guarda-chuva como Gene Kelly em Cantando na Chuva, dizia estar chovendo fake news em Brasília. Apareceu tocando gaita no térreo do prédio que abriga seu gabinete, na Esplanada dos Ministérios. E, em poucos meses, soltou frases polêmicas – muitas frases polêmicas. Em uma das mais célebres, afirmou que universidades que promovem “balbúrdia” terão recursos cortados. Há poucas semanas, ele teve problemas com manifestantes durante as férias com a família em Alter do Chão, no Pará. Cercado, não hesitou em tomar o microfone para confrontá-los. O vídeo viralizou na internet.

Nesta entrevista a Crusoé, concedida há duas semanas em Brasília, Weintraub diz que uma das principais diferenças do governo de Jair Bolsonaro em relação aos demais é que, pela primeira vez, chegou ao poder um grupo que responde à altura os ataques da esquerda. Weintraub aderiu ao projeto bolsonarista ainda em 2017. Foi um dos coordenadores do programa de governo e, depois, ajudou a chefiar a equipe de transição. Em janeiro, tornou-se secretário-executivo da Casa Civil. Deixou o posto para substituir Ricardo Vélez no Ministério da Educação. Na função atual, vive às voltas com remanescentes da era petista. Ele afirma que o MEC é até hoje um centro ideológico da oposição, diz que tomou uma cusparada no rosto em seu primeiro dia de trabalho e revela que teve de desbaratar um esquema montado para espioná-lo dentro do gabinete. Eis os principais trechos da entrevista.

Como foi sua chegada ao MEC?

No meu primeiro dia, cheguei lá embaixo e juntou um monte de funcionários do MEC para me cumprimentar. Lá pelas tantas, me deram uma cusparada na orelha. Cusparada, não. Era ranho mesmo. Esse era o ambiente. Cheguei aqui, entrei na sala, o cara me serviu café. Um cara mal-encarado. Pensei: “Quem é esse cara?”. Mandei checar. Era líder da Juventude do PSOL no Distrito Federal. Serviu café para o (ex-ministro Ricardo) Vélez durante 100 dias. Além disso, nesses primeiros dois meses, meu computador foi invadido quatro vezes. Minha sala foi grampeada. Na primeira semana, uma conversa minha com o (Carlos) Nadalim (secretário de Alfabetização) foi inteiramente gravada.

O sr. atribui todas essas invasões e vazamentos a servidores do MEC?

Não são servidores do MEC. Muitos são terceirizados. A verdade é que o Brasil está sendo governado pelo PT há 16 anos e antes disso era pelo PSDB, Fernando Henrique Cardoso. Não é um cara de centro. Ele mesmo vai falar: “Sou de centro-esquerda”. E aqui no MEC é o centro ideológico disso. Talvez aqui e a Cultura (que no governo Bolsonaro virou uma secretaria).

Centro ideológico do quê?

O centro ideológico desse movimento. Não tem como negar isso. Mas tem também muito funcionário de carreira que está aqui fazendo o trabalho normalmente. Mas tem muita gente que foi....

O sr. descobriu quem invadiu seu computador?

A gente vai cercando, né? A gente vai cercando.

Mas descobriu?

Estou aqui conversando no meu gabinete e tal, 15 minutos depois a conversa vazou. Já peguei o cara e mandei embora na hora. Outro falou, eu mando embora de novo. Vocês têm que entender de onde eu vim. A minha vivência é em banco e mercado de capitais. Em operações de mercado de capitais, você não vaza informação. Não se vaza nada. Então a gente tem formas de descobrir quem vaza. Não é com tecnologia, é com técnica. Você vai passando as informações e vai mudando. Daí vazou, você descobre quem é. Chega na pessoa.

E como está agora? Já conseguiu afastar os tais espões?

Aqui no meu gabinete, sim: 100%. No andar, também já estou seguro. No prédio, me sinto bem seguro, mas ainda não estou 100%. O MEC é um mundo. São mil pessoas no prédio e 300 mil funcionários no país. É um colosso.

O sr. encontrou muitos problemas deixados por seu antecessor, Ricardo Vélez?

O Vélez é uma pessoa muito afável, muito tranquila. É um acadêmico. Não que eu não seja. Sou um professor federal concursado, mas essa minha entrada na vida acadêmica é mais recente. A minha vida era muito mais dura, de mercado, de reunião, de conflito. Ele (Vélez) foi engolido. Volto ao primeiro exemplo que dei. Sendo um ministro do governo de Jair Bolsonaro, você beberia o café e água servidos pelo cara da liderança da juventude psolista do Distrito Federal? Qual é a chance de a água ter sido zoada?

O sr. vive uma guerra ideológica?

Não. Acho que o país está dividido de uma forma como poucas vezes esteve,

ideologicamente falando. Há um grupo que não aceita o resultado das eleições, que não está aberto ao diálogo. Está aberto apenas se você falar: sim, vocês estão certos, e nós nos rendemos. Era isso o que o PSDB fazia. Mas vamos conversar, vamos sentar para negociar? Traz os números para me mostrar, abre a tela. Tem muita gente que vem e mostra, muitos reitores estão vindo e mostrando, mas tem alguns que se recusam. Então, não é guerra. Mas há um cenário de não aceitação do resultado da eleição. Tanto que o nome disso é resistência, e eles falam abertamente: estamos na resistência.

E o que o sr. pensa dessa “resistência”?

Eu aceito. Enquanto não houver violência física, acho que estão no direito democrático de fazer um movimento que, particularmente, acho que é equivocado. É como esses jornais mais engajados, que mentem, que difamam. Eles estão no direito de mentir e difamar. Eu estou no meu direito de pedir direito de resposta e falar que eles são mentirosos. Isso é democracia. Eu vejo da seguinte forma: havia uma alternativa, entre aspas, ao poder, que era o PSDB. E o PSDB não é uma oposição ao PT. É muito mais uma transição ao PT. Hoje há uma oposição de fato (ao PT). São duas visões antagônicas do que a gente quer para o futuro do Brasil. Uma é totalitária, a favor do coletivismo, isto é, os interesses coletivos são mais importantes do que as liberdades individuais e das famílias. E, do outro lado, existem as liberdades individuais e das famílias. Existe a soberania nacional. De um lado, você ainda tem aquela visão do bom selvagem, a de que o ser humano é bom na sua essência e é essa sociedade capitalista malvadona que faz ele se comportar mal. No outro, não: existem pessoas com coisas boas e ruins dentro delas e a gente tem que conduzir essa realidade do ser humano, dando liberdade para cada um fazer as suas escolhas para elas tentarem ser felizes.

“O MEC é o centro ideológico disso (da esquerda). Talvez aqui e a Cultura”

O sr. parece descrever um cenário de guerra.

Não. Quando a gente prega a morte de alguém, aí você está indo para a guerra. Da nossa parte, que eu saiba, nunca houve desejo que as pessoas da esquerda fossem mortas. Que eu saiba, não há. Do lado de cá, em momento algum se diz que tem que exterminar, tem que matar, tem que destruir. Nunca vi, por exemplo, alguém do PT sentado no restaurante com filho pequeno ser agredido por um grupo organizado que bolou um ato três dias antes, com dinheiro pago por uma fundação, planejou e foi executar do jeito que sofri. Nunca ouvi falar.

Mas o próprio governo tensiona também, não?

Ideologicamente, acho que a gente responde, pela primeira vez, à altura. Quando a gente escuta que o (líder da Revolução Cubana) Che Guevara é bacana, pela primeira vez a gente responde: olha, o Che Guevara era um racista. Matou uma criança de 10 anos. A história é horrorosa. O Che Guevara botava as pessoas que iam ser decapitadas em gaiolas, né? Pela primeira vez há um grupo que fala na lata: o Che Guevara é um assassino. Há feministas que não falam nada que tem 300 milhões de mulheres em países árabes tratados como aliados que têm a genitália mutilada por razões, sei lá, bárbaras. Essas feministas são incapazes de falar contra mutilação de genitália feminina. Ou contra a lapidação, que é o apedrejamento de mulher por adultério. Quando falamos uma coisa dessas, eles espanam. Aí se insere até o que houve em Alter do Chão (refere-se à discussão com manifestantes que o cercaram enquanto jantava com a família em um restaurante do balneário paraense, durante suas férias).

## Por quê?

Foram muito sacanas. Pegaram o microfone do músico e começaram a me xingar. Daí me cercaram e começaram a filmar. Quando eles começaram a filmar, já tinham parado de me xingar no microfone. Daí eu saio, pego o microfone e começo a conversar. Eles estavam preparados para dois cenários. Que eu saísse de lá com o rabo entre as pernas, como os tucanos faziam. Ou como um bárbaro, dando uma bica na mesa e indo para a frente deles. Tinha uns quatro caras que dava para ver que eram violentos.

Eles se apresentavam como indígenas protestando contra medidas do governo. Nada. Tudo vagabundo com o cocar de plástico na cabeça. Cara normal. Todo mundo ali era gente normal. Não tinha ninguém que come tapioca no café, almoço e jantar e vive no cafundó do Judas. Tudo habitante de cidade. E aí o que aconteceu? Os quatro caras mais violentos estavam preparados para os dois cenários. Mas não estavam preparados para que eu fosse conversar. E, na hora que eu comecei a falar “E aí, o que eu fiz de errado? Fala para mim, o que eu tenho?”, isso os deixou transtornados. Eles começaram a gritar, xingar e a me ameaçar fisicamente. A população local e os turistas vieram me defender. A dona do restaurante estava sentada numa praça, saiu lá de dentro para me defender. E depois teve tudo pichado.

O sr. identificou a origem da manifestação?

É dinheiro da Fundação Ford. A família Ford tem interesse na região. A Fordlândia (uma referência o projeto que Henry Ford tentou implementar na Amazônia) está lá há mais de 100 anos.

O sr. falou que tem mira laser na sua cabeça. Por quê?

Tem um monte. Estou com 58 processos. Teve um lá que são sete promotores do Rio Grande do Norte que estão me processando. Pedem 5 milhões de reais por dano moral aos alunos de lá porque eu falei “balbúrdia” (o ministro disse em uma entrevista que havia muita balbúrdia nas universidades federais).

O que o sr. tem a apresentar até agora em resultados?

A gente já soltou muita coisa. Mandamos para o Congresso a proposta do novo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), que é muito boa. Aumenta e distribui melhor o recurso, não estoura a responsabilidade fiscal, coloca critérios de desempenho. Tem a Política Nacional de Alfabetização, que já tem 100 dias que a gente mandou. E o programa que o Jânio (Carlos Macedo, secretário de Educação Básica) apresentou, que é para educação fundamental. Se você notar, os parlamentares mais próximos da educação que no começo falaram para eu mostrar as propostas agora estão quietos. As críticas de que a gente não tem proposta nenhuma sumiram.

A deputada Tabata Amaral, por exemplo, continua a criticá-lo.

Não queria falar dela, porque a vejo não como uma agente final, mas como um veículo das pessoas que a criaram. Então, não queria polemizar com a Tabata. Acho que vocês têm que trazer para a sociedade que existem, assim como a Fundação Ford, outras fundações que foram criadas no Brasil, nos últimos anos, com estratégias de médio e longo prazo, para chegar ao poder e fazer com que o estado vá na direção dos seus interesses. A Tabata é uma de cinco parlamentares que estão lá (para defender esses interesses).

Como o sr. define a direita brasileira que chegou ao poder com a eleição de Jair Bolsonaro?

Não houve ainda uma leitura adequada sobre ela. Existe uma linha, uma espinha dorsal ideológica muito mais sólida do que aquela que o pessoal tenta o tempo todo desmerecer. Por exemplo, se você for pelos grandes veículos de comunicação, o que passam da minha imagem? Que sou um burro. É a primeira vez na vida que estou sendo chamado de burro, despreparado e louco. A minha vida toda é o oposto disso. Sou formado pelas melhores faculdades do Brasil e do exterior, tenho MBA internacional, que é reconhecido em cinco universidades tops. Fui o melhor aluno do MBA. Tenho uma vida de sucesso profissional forte — senão, nem teria recursos para estar aqui. Tenho uma vida estável, casado com minha esposa há muito tempo, filhos pequenos. As minhas relações pessoais e profissionais são de longo prazo. O que ocorre comigo também ocorre com esse movimento de direita que chegou ao poder. O tempo inteiro tentam desqualificar. Essa desqualificação acaba fazendo com que as pessoas não percebam a solidez do movimento. Pela primeira vez no Brasil, tem um movimento de direita com uma linha ideológica.

“O Carlos, dos três (filhos do presidente), é o mais sensível. Ele é muito sensível, por isso ele tem essa habilidade com comunicação nas redes. Ele se magoa muito”

O próprio presidente por vezes mostra que não se preparou muito para o cargo. O presidente se preparou. E ele fala: comecei a minha jornada muito antes. O presidente Jair Bolsonaro tem um papel muito importante: ele é uma bandeira. Quando a gente olha esse movimento conservador liberal, existem vários grupos. O pessoal vai dar risada (pega chocolates sob sua mesa para explicar): tem o grupo monarquista, mas é um movimento importante. Existe o pessoal ligado à área militar e policial, que é importante. Existe o movimento ruralista, existe o movimento evangélico. E existem os liberais não alinhados ao PSDB, esse liberal “fronhonhoen”, especial, que gosta de tomar vinho cabernet sauvignon. Eu também gosto de tomar vinho, mas não fico cheirando rolha. Esses liberais também estão aqui. Então tem vários grupos e o presidente Jair Bolsonaro conseguiu ser a bandeira que amalgamou todos eles.

Os grupos não conflitam muito?

Olha, quando cheguei aqui no MEC, estava tendo briga interna. Quem brigou internamente, eu raquetei. E fui respeitado por todos os grupos por ter feito isso. Por quê? Porque não se pode brigar internamente por razões pessoais. Tem um propósito maior que é colocar o país de volta nos eixos. E não é por razões pessoais, interesses particulares ou falta de controle emocional que você pode pôr tudo a perder.

Entre os vários grupos que apoiam Bolsonaro, o sr. se considera parte de qual?

Então, essa é uma das vantagens... Se você notar, eu, meu irmão (Arthur Weintraub, assessor especial da Casa Civil), o (ministro da Casa Civil) Onyx (Lorenzoni), a gente é aceito em todos os grupos. A gente transita bem do liberal ao evangélico. Do militar à bancada da bala, ao ruralista, ao monarquista.

O que pensa de Carlos Bolsonaro?

Gosto do Carlos. Acho o Carlos brilhante. O Carlos não atrapalha. Qual o problema? Os filhos viram o pai ser esfaqueado. Esse cara não tem um minuto de paz na vida dele. O Carlos, dos três, é o mais sensível. Ele é muito sensível, por isso ele tem essa habilidade com comunicação nas redes. Ele se magoa muito. Aquilo que ele foi lá para defender o

pai (refere-se à posse, quando Carlos sentou atrás do pai no carro presidencial) é verdade. Ele fisicamente levaria uma bala pelo pai. O que procuro ver é o saldo. Se você não tiver nenhum defeito que te inviabilize, como ser ladrão por exemplo, eventualmente vai cometer erros. O saldo do Carlos é amplamente positivo. O saldo do Flávio e do Eduardo também. O Eduardo é um político com futuro brilhante.

Não há muita interferência dos filhos no governo?

Vocês precisam entender que não haveria um movimento sem o presidente Jair Bolsonaro e os três filhos. Os filhos tiveram um papel fundamental. Até fisicamente, na proteção física do pai. Há ameaças o tempo inteiro.

O sr. se considera integrante da chamada ala ideológica?

Como assim? Todos eles têm ideologias. O presidente Jair Bolsonaro é o ponto comum. Mas todo mundo é ideológico. Vai falar que o movimento evangélico não é ideológico? Eles têm uma ideologia muito clara: resgatar os valores judaico-cristãos. Vai falar que o Paulo Guedes não é da área ideológica? Lógico que é. Ele defende o liberalismo na medula.

O que o senhor acha do Olavo de Carvalho?

Acho o Olavo de Carvalho um homem brilhante. Ponto.

Por quê?

O Olavo de Carvalho acertou muito. Demais. Em tudo. Ele foi o cara que conseguiu ler todo o movimento de esquerda, descrever e traçar uma estratégia de enfrentamento (contra a esquerda) que, hoje, se você pegar os movimentos americanos (de direita), eles não conseguem ter o resultado que a gente aqui no Brasil tem. Ele inventou uma coisa nova, sem ser um movimento totalitário. Nós não somos um movimento totalitário. Então, quando você pega movimentos ditos de direita na Europa, onde você tem o flerte com movimentos supremacistas brancos, aqui não existe isso. Aqui é um movimento conservador liberal na essência. Ele (Olavo) desenvolveu primeiro a leitura perfeita e, segundo, a estratégia de enfrentamento, que dá certo. Acho o Olavo brilhante. É a pessoa perfeita e nunca diz uma bobagem. Ele é santo? Não, lógico que não. Ele está cheio de defeitos.

Mais ajuda ou mais atrapalha?

Mais ajuda. Ele nunca esteve no governo. O papel dele é ser um pensador. Ele é a espinha dorsal, filosófica, do movimento liberal conservador. O Paulo Guedes é a espinha dorsal econômica do pensamento liberal conservador. A junção do Olavo de Carvalho com o Paulo Guedes é a ideologia do nosso movimento. A gente está aqui para realmente ter um país.

topo ↕

## **FOLHA DE LONDRINA - PR - GERAL**

### **Com baixa qualidade, formação de docentes a distância supera presencial**

Seis em cada dez novos alunos de cursos de ensino superior voltados à docência em 2017 eram de EaD (educação a distância). Dados de estudo divulgado nesta quinta-feira (15) pelo Movimento Todos Pela Educação geram preocupação entre especialistas, uma vez que a modalidade apresenta indicadores mais baixos. ONG cobra a revisão das políticas de formação de professores e a observação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Curitiba - Um estudo divulgado nesta quinta-feira (15) pelo movimento Todos Pela Educação aponta que seis em cada dez novos alunos de cursos de ensino superior voltados à docência em 2017 eram de EaD (educação a distância) — cenário que gera preocupação sobre a formação de professores, já que a modalidade apresenta indicadores de qualidade piores.

O levantamento da ONG mostrou que a proporção era de 34% em 2010, e que o aumento de 44% no ingresso em cursos de formação inicial de professores desde então foi puxado principalmente pela EaD na rede privada, que teve um salto de 162% no período.

A organização sustenta que os cursos de Pedagogia e licenciaturas a distância estão se expandindo “sem regulação e fiscalização adequadas e com pouca base prática” — o que “gera lacunas relevantes para os futuros docentes do País”.

Para o Todos pela Educação, a modalidade a distância é importante em um país continental como o Brasil, mas sua tendência de prevalência sobre o modelo presencial vai na contramão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e de experiências internacionais.

“A presença exagerada de EaD nessa formação, que demanda constante articulação entre a teoria e os desafios práticos do dia a dia escolar, é muito preocupante”, afirmou Priscila Cruz, presidente-executiva da organização, em um texto divulgado com a pesquisa.

“Há, é claro, espaço para a tecnologia apoiar, mas não da forma como estamos fazendo, criando uma verdadeira indústria de cursos on-line para baratear os custos de formação”, disse. “Se queremos uma educação melhor, urge a discussão sobre mudanças profundas no sistema de regulação da formação de professores no Brasil e o papel do EaD na área”, concluiu.

Para a ONG, é necessário que o governo federal revise as políticas de formação de professores no ensino superior para reverter o problema da falta de prática docente, também presente na educação presencial. O estudo sugere que o aumento da formação EaD, contudo, agrava a questão.

Citando referências como a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o documento defende que os cursos devem ser prioritariamente presenciais para permitir práticas como “troca de experiências, discussão de casos e trabalho colaborativo” — que aponta como pilares fundamentais da boa formação docente, juntamente com a articulação com escolas.

“A literatura educacional e as experiências de sucesso em formação de professores mostram a importância de uma formação docente alicerçada não só em bons conhecimentos teóricos, mas também na prática de sala de aula”, diz o estudo.

A pesquisa demonstrou que o percentual de alunos da área com notas inferiores a 50 no Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes), por exemplo, é de 75% para estudantes a distância e de 65% para matriculados em cursos presenciais. Segundo a pesquisa, os indicadores são piores mesmo levando em consideração as diferenças de



perfil dos alunos — uma das explicações para as diferenças de desempenho, já que os cursos a distância são mais procurados por pessoas mais pobres e egressas de escolas de pior qualidade.

Integrante do comitê científico da Abed (Associação Brasileira de Educação a Distância), a professora Iolanda Cortelazzo reconhece que a modalidade a distância tem desafios específicos em relação ao ensino presencial — como a relação do aluno com o aprendizado.

“Há um alto índice de reprovação, porque uma boa quantidade do alunado vai para a EaD achando que é mais fácil”, conta. “Às vezes, ele não está preparado para estudar sozinho”, explicou.

Coordenadora de Tecnologia na Educação da UTFPR, Cortelazzo disse, contudo, que os pilares para a boa formação de professores apontados pela pesquisa — com os quais concorda — não são exclusivos da educação presencial. Ela sustentou que a EaD ainda sofre resistência por parte da comunidade acadêmica. “Ainda não é aceita como algo com o mesmo valor”, disse.

Para a professora, existe precariedade na formação inicial de professores em ambas as modalidades, mas há “ilhas de boa formação” que estão crescendo. “Não é a modalidade a distância que é ruim. Os mesmos problemas ocorrem na presencial. Mas um bom número de instituições particulares que não estavam preocupadas com a qualidade descobriu que oferecer cursos a distância custava menos”, argumentou.

topo ↕

## **J. DO COMMERCIO - PE - BRASIL DESEMPENHO NA EAD É PIOR QUE O DA PRESENCIAL**

Agência O Globo

RIO – Segundo a pesquisa do Todos pela Educação, os professores formados em EAD têm desempenho pior que os formados em cursos presenciais. 75% dos docentes que estudaram a distância tiveram pontuação menor que 50 no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), número dez pontos percentuais maior que os colegas formados nas salas de aula. A probabilidade de um estudante de licenciatura EAD estar entre os 25% dos alunos com notas menores no Enade 2017 é de 30,2%. Quando é aluno do curso presencial, a probabilidade é de 21,6%.

“O professor é o profissional mais importante para o desenvolvimento social e econômico do País, pois é fator determinante para a qualidade da educação”, avalia Priscila Cruz, presidente-executiva do Todos Pela Educação. “Há, é claro, espaço para a tecnologia apoiar, mas não da forma como estamos fazendo, criando uma verdadeira indústria de cursos online para baratear os custos de formação.”

O Todos Pela Educação ressalta que países vizinhos que conseguem melhores pontuações nos exames internacionais não costumam permitir a formação a distância de professores. No Chile, país da América Latina de melhor desempenho no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), a formação inicial docente é exclusivamente presencial, assim como no México. O Peru, país que avança mais rapidamente no Pisa, vetará a abertura de novos cursos a distância a partir de 2020. Segundo a entidade, Austrália, Canadá e EUA permitem a formação de docentes por EAD, mas exigem rigorosos processos de certificação dos formados.

topo ↗

## **J. DO COMMERCIO - PE - BRASIL PEDAGOGIA FEITA A DISTÂNCIA**

**EDUCAÇÃO Em sete anos, o número de estudantes formados por EAD avançou de 251 mil para 387 mil e preocupa entidades ligadas à área**

Da Redação com agências

O perfil de formação do professor está mudando. Seis de cada dez (61%) ingressantes em cursos de licenciaturas e pedagogia estudam por meio de educação a distância (EAD). É o que apontam dados do movimento Todos pela Educação, contabilizados a partir do Censo de Educação Superior 2017 do Inep/MEC. A alta foi de 54,18% em relação a 2010, quando o índice desses alunos em relação ao total de ingressos em cursos de magistério correspondia a 34%. Em 7 anos, o número avançou de 251 mil para 387 mil.

A pernambucana Karla Neves, 22 anos, faz parte dessa estatística. A descoberta de uma gravidez a fez trocar o Recife por São José da Coroa Grande, no Litoral Sul do Estado. Deixou para trás a graduação em pedagogia em uma faculdade particular na capital porque ficou inviável percorrer diariamente o trajeto de 114 km entre as cidades. Um ano depois, quando uma vaga no curso a distância do polo da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) de Palmares surgiu, Karla viu a oportunidade de finalizar o que havia começado. “No EAD eu consigo conciliar as coisas de casa, da minha filha e os estudos”, explica a jovem, que acaba de concluir o quarto período.

O professor Fábio Souza, coordenador da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) diz que a facilidade explica a popularização da formação a distância. “O EAD ocorre não necessariamente no mesmo local onde o estudante, professor e tutor estão. Por isso, as pessoas que trabalham ou estão distantes da instituição têm maior oportunidade de cursar o ensino superior.”

Apesar da praticidade, Karla ainda acha o ensino presencial mais fácil. “EAD é mais difícil porque requer mais foco. Como tenho as coisas de casa e uma criança, quando chega o fim do dia estou muito cansada e não consigo acessar o site para estudar”, conta. Além desse, há outro fator que pesa: “A gente não tem tantas aulas presenciais para poder tirar mais dúvidas com os professores”, afirma. Mesmo assim, defende que as duas modalidades têm o mesmo nível de qualidade.

Nas faculdades particulares, o salto na quantidade de novos alunos no EAD entre 2010 e 2017 foi ainda maior: 162%. A Uninassau foi uma das instituições de ensino superior que registraram esse fenômeno. Lá, o volume de alunos matriculados nessa modalidade já é maior que a do presencial. Enzo Moreira, diretor de EAD do centro universitário, destacou que os resultados dos licenciandos em letras a distância também são melhores. Para ele, o EAD representa a “democratização do acesso do ensino superior de qualidade a todos os cantos do Brasil”.

Na análise do coordenador de projetos do Todos pela Educação, Ivan Gontijo, as conclusões do levantamento não são sinalizam para um futuro positivo. “Esse cenário é muito grave para uma educação de qualidade”, disse. “Não é que a formação de professores a distância deva ser proibida. Mas é necessário que ela tenha pelo menos um componente prático muito bem estruturado e efetivo”, sustentou. “Em regiões muito afastadas onde não existe uma faculdade presencial faz sentido um curso EAD, mas são

exceções. Quando a gente observa o que está acontecendo, vê que isso virou a regra.”

Gontijo afirmou que a transformação no panorama da educação é o resultado de três processos: a desvalorização da profissão do professor, o movimento do mercado, e a regulação frouxa. “Na rede privada estão sendo fechados cursos de formação de professores presenciais e substituídos por cursos a distância por questão econômica. O curso a distância é mais barato e consegue colocar mais alunos na sala.”

61% dos futuros professores do Brasil estão fazendo cursos a distância, segundo o Todos pela Educação

34% era o índice de alunos matriculados em educação a distância no ano de 2010, de acordo com o Censo Escolar

251 mil era o número de alunos em cursos presenciais, em 2017, contra 397 mil em EAD, no mesmo ano

75% dos docentes que estudaram a distância tiveram pontuação menor do que 50 no Enade

53% dos 397 mil alunos matriculados em EAD fazem esses cursos em redes privadas de ensino

topo ↕

## **O DIA - RJ - BRASIL**

### **Prazos para ProUni e Fies são prorrogados**

#### **Segundo Ministério da Educação motivo foi instabilidade nos portais**

Brasília - O Ministério da Educação (MEC) vai prorrogar o prazo para estudantes e instituições se inscreverem no Programa Universidade para Todos (ProUni) e no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Uma instabilidade nos portais entre 5 e 7 de agosto provocou a extensão dos prazos.

No caso do ProUni, os estudantes não matriculados nas instituições de educação superior (IES) terão até 19 de agosto para concorrer a uma das bolsas remanescentes. O prazo anterior terminava nesta sexta-feira. Para os matriculados, a data final continua a ser 30 de setembro.

No Fies, o prazo para as Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento (CPSA) das IES validar as informações prestadas por estudantes pré-selecionados na lista de espera que venceria de 5 a 9 passou para 16 de agosto.

Segundo o secretário executivo do MEC, Antonio Paulo Vogel, na semana passada, o MEC acionou a Polícia Federal para investigar indícios de sabotagem aos portais e opção por prorrogar os prazos visam a não prejudicar os estudantes.

O Sistema Presença, utilizado para pagamento do benefício do Bolsa Família, também passou por instabilidade, mas o MEC não identificou necessidade de prorrogar o prazo para envio de informações, que continua a ser 23 de agosto.

topo ↕

## **CATRACA LIVRE - NOTÍCIAS**

### **Petição em defesa do CNPq reúne 82 mil assinaturas em poucos dias**

#### **Por falta de recursos, presidente da SBPC considera crítica a situação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**

Em dois dias, um abaixo-assinado aberto na plataforma Change.org pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) reuniu mais de 82 mil assinaturas em

defesa de recursos e contra a extinção de uma das maiores agências de fomento à pesquisa do país, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A petição, que lança a campanha #somostodosCNPq, é apoiada por quase 90 entidades científicas e acadêmicas.

O abaixo-assinado online foi criado em decorrência da preocupação de pesquisadores, professores e estudantes com a grave situação financeira do órgão, que está com um déficit de R\$ 330 milhões no orçamento para 2019. Em julho, o CNPq suspendeu a concessão de novas bolsas de pesquisa e teme, a partir do mês que vem, a impossibilidade de pagar as 84 mil já vigentes caso não receba recursos de crédito suplementar do governo federal.

“Grande parte dos cientistas de hoje tiveram projetos como estudantes no CNPq, que é uma referência para a ciência brasileira”, comenta Ildeu de Castro Moreira, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e professor do Instituto de Física e do programa de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Para Moreira Castro, um desfecho negativo para a crise significaria uma “tragédia” tanto pelo corte das bolsas quanto pelo lado simbólico de se desmontar uma das agências de pesquisas mais importantes do país.

O manifesto, que segue aberto e recolhendo assinaturas pela Change.org, destaca que décadas de investimentos em recursos humanos e na infraestrutura para pesquisa e inovação no Brasil estão em risco e que se a situação não for solucionada, a partir de setembro, milhares de estudantes de pós-graduação e de iniciação científica, no país e no exterior, ficarão em situação crítica para sua manutenção e para o prosseguimento de seus estudos.

O presidente da SBPC explica que o objetivo da petição é chamar a atenção do governo federal para três pontos. O primeiro deles se refere à necessidade do recebimento de recursos imediatos para que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico possa terminar o ano. O segundo trata de discutir o orçamento do ano que vem para que o CNPq não passe por novas crises e o terceiro alerta para “correntes que pregam a extinção da agência”.

Segundo Moreira Castro, há frentes da área econômica do governo, que não têm conhecimento sobre como funciona o sistema, que “acenam com a possibilidade de extinção do CNPq”, defendendo que o conselho seja substituído pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, que oferece bolsas de mestrado e doutorado dentro e fora do Brasil. “A comunidade [científica e acadêmica] sempre defendeu a existência das duas agências, pois elas têm funções diferentes”, explica o presidente da SBPC.

O peso da campanha

Crédito: ANPG

Ildeu de Castro Moreira, em palestra na Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG)

Moreira Castro conta que a ideia de abrir o abaixo-assinado e lançar a campanha #somostodosCNPq surgiu da vontade da sociedade acadêmica, de estudantes e outras

entidades participarem mais ativamente das tratativas que o órgão vem, sem sucesso, tendo há meses com o governo federal e o Congresso Nacional sobre a situação. “É um recurso importante”, ressalta o presidente da SBPC sobre a petição. “A pessoa poder assinar, botar o nome dela e dizer que defende o CNPq é uma coisa importante. E teve uma repercussão muito rápida”, destaca Moreira Castro sobre o volume de assinaturas atingido em tão pouco tempo.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico é ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), que há alguns meses teve anunciado um contingenciamento de R\$ 2,13 bilhões, o que representa um bloqueio de 42% do orçamento da pasta. De acordo com o presidente da SBPC, as inúmeras audiências e tratativas que estão sendo feitas não estão tendo força política suficiente para mudar esse quadro, já que setores da área econômica do governo não se sensibilizam para tomar uma decisão.

Moreira Castro conta que houve um acordo entre deputados da base e da oposição para que houvesse descontingenciamento de verbas e que fossem acrescidos recursos complementares ao CNPq. O combinado, entretanto, não foi cumprido até agora, o que tornou a situação emergencial. “A ciência é fundamental para o país, na área da saúde, tecnologia, energia... Tirar esse dinheiro da ciência básica vai na contramão de qualquer política inteligente”, afirma.

O porta-voz da campanha, reconhecido por suas pesquisas sobre popularização da ciência no Brasil e ganhador do Prêmio José Reis de Divulgação Científica em 2013, lembra que outros países que passaram por situação de crise econômica, diferentemente do Brasil, apostaram em ciência e pesquisa, como a China e a Coreia do Sul. “Com programas continuados de décadas para a educação, ciência e tecnologia é que eles cresceram. E aqui a gente acha que vai cortar, e como seremos competitivos em escala internacional?”, questiona.

A intenção dos organizadores da petição é recolher um número significativo de assinaturas para entregá-la aos dirigentes do governo e do Congresso Nacional. “É mais uma maneira de mostrar que uma parcela significativa da população brasileira está preocupada com o CNPq”.

## O CNPq

Criado em 1951, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros, formulando e conduzindo políticas de inovação.

Graças à pesquisa científica brasileira, o país já conquistou casos de sucesso nas mais diversas áreas, como a prevenção e controle do Zika, o crescimento na produção de grãos – principalmente da soja -, e a descoberta e exploração do pré-sal, por exemplo.

Sofrendo cortes no orçamento desde 2016, laboratórios de pesquisa já estão atravessando um sucateamento e evasão de estudantes para o exterior, além de uma procura menor pelos próprios brasileiros para cursos de pós-graduação. “São bolsas muito importantes que qualificam pesquisadores brasileiros. Se forem suspensas será um baque importante para a pesquisa brasileira”, lamenta Moreira Castro. Segundo o

presidente da SBPC, várias instituições de pesquisa já estão com limitação de pessoal técnico.

topo ↕

## AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

### **CNPq suspende oferta de 4,5 mil bolsas ociosas**

### **Medida afeta vagas não ocupadas nas universidades; órgão é a principal agência de fomento à ciência do governo federal**

SÃO PAULO - O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, informou nesta quinta-feira, 15, a suspensão da indicação de bolsistas. Com a medida, bolsas que estão neste momento ociosas em universidades e instituições de pesquisa deixarão de ser ocupadas.

A medida afeta bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado que são concedidas a estudantes de graduação e pós por meio de instituições de ensino superior e de pesquisa. No total, haverá a suspensão de cerca de 4,5 mil dessas bolsas (de um total de mais de 50 mil oferecidas nessa modalidade).

Bolsas ociosas podem ser aquelas que, por exemplo, aguardam processos seletivos dentro das universidades para serem ocupadas. Segundo o CNPq, a medida foi tomada porque o órgão recebeu indicação de que "não haverá recomposição do orçamento de 2019". O CNPq é a principal agência de fomento à ciência do governo federal.

O CNPq informou que bolsas concedidas diretamente pela agência aos pesquisadores, como aquelas de pós-doutorado e de produtividade em pesquisa, não serão afetadas por esta suspensão. Bolsas já destinadas, ocupadas pelos pesquisadores nas instituições, também não serão suspensas.

"Reforçamos o compromisso com a pesquisa científica, tecnológica e de inovação para o desenvolvimento do País, e continuamos nosso esforço de buscar a melhor solução possível para este cenário", informou o órgão.

O CNPq teme que as restrições orçamentárias afetem a concessão de todas as bolsas oferecidas a pesquisadores brasileiros a partir de setembro. No total, são 80 mil. Em entrevista ao Jornal da USP, o presidente do CNPq, João Luiz Filgueiras de Azevedo, disse que a folha de pagamento de agosto zera completamente o orçamento da agência.

No fim de julho, o órgão anunciou a suspensão da concessão de novas bolsas de pesquisa enquanto o governo federal não liberar crédito suplementar. O edital interrompido foi lançado em junho do ano passado e previa duas chamadas de pesquisadores selecionados, uma no início e outra no meio deste ano. No total, estava prevista a liberação de R\$ 60 milhões para doutorandos, pós-doutorandos e professores visitantes.

Pesquisadores têm reagido à falta de verbas para a Ciência brasileira. Nesta quinta, a geneticista e pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP) Mayana Zatz lamentou os cortes. "O futuro do País depende de ciência e tecnologia", escreveu, no Twitter. Ministro tenta convencer Paulo Guedes a pegar leve

Conforme informou a Coluna do Estadão, a equipe econômica já avisou aos ministros que a Lei Orçamentária do próximo ano, que deve ser encaminhada ao Congresso até o

dia 31, virá apertada. Com o corte no orçamento deste ano, só há recursos para pagar as bolsas em andamento no CNPq até setembro. “Gasto com MCTI é retorno de investimento”, disse o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, na tentativa de convencer Paulo Guedes a pegar leve.

Cientistas fazem abaixo-assinado contra cortes

Nesta terça-feira, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), junto com outras 65 entidades científicas e acadêmicas, lançou uma petição online em defesa do CNPq. O abaixo-assinado alerta para a situação crítica em que se encontra a agência.

Segundo o texto, o governo "precisa urgentemente recompor o orçamento do CNPq" aprovado para 2019, com um aporte suplementar de recursos da ordem de R\$ 330 milhões para que a agência possa cumprir seus compromissos deste ano.

Até as 20 horas desta quinta-feira, a petição já havia sido assinada por 94 mil pessoas.

[topo](#)

## G1 - TEMPO REAL

### **Sem definição sobre crédito suplementar, CNPq suspende apoio para novos bolsistas**

**Ao G1, Ministério da Economia diz que ainda avalia pedido de crédito suplementar para cobrir o déficit de mais de R\$ 300 milhões, feito pelo MCTIC em 1º de março.**

Sem resposta do governo federal sobre a garantia de abertura de crédito suplementar para cobrir o déficit do orçamento de 2019, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) anunciou, na tarde desta quinta-feira (15), que suspendeu a assinatura de novos contratos de bolsas de estudo e pesquisa.

"O CNPq informa a suspensão de indicações de bolsistas, uma vez que recebemos indicações de que não haverá recomposição integral do orçamento de 2019", disse o CNPq em nota. "Dessa forma, estamos tomando as medidas necessárias para minimizar as consequências desta restrição".

A recomposição, segundo informou o órgão ao G1, se refere ao crédito suplementar de R\$ 330 milhões. Quem abre o crédito é o Ministério da Economia, mas, de acordo com o conselho, até a tarde desta quinta a pasta não havia dado garantias de que liberaria o reforço orçamentário.

Ao G1, o Ministério da Economia afirmou, na noite desta quinta, que o pedido de crédito suplementar para o CNPq, feito em 1º de março e referendado em votação no Congresso Nacional em 11 de junho, ainda "permanece em análise na JEO [a Junta de Execução Orçamentária], sem prazo para decidir sobre o pleito."

Esse recurso é necessário para cobrir o déficit previsto pelo CNPq desde o ano passado, quando a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019 foi aprovada, para as bolsas.

Nesta semana, o presidente do CNPq, João Luiz Filgueiras, se reuniu tanto com o ministro da Ciência e Tecnologia (MCTIC), Marcos Pontes, quanto com o Ministério da Economia para tratar sobre o assunto do déficit orçamentário de 2019 e da elaboração do orçamento para 2020.

Com a suspensão de novas bolsas, o CNPq espera concentrar o que ainda tem garantido no orçamento de 2019 para cumprir o compromisso com os pesquisadores que têm bolsa vigente, mas, como mostrou o G1 neste domingo (11), com pouco mais de um terço do ano pela frente, resta ao conselho apenas 12% da verba prevista até dezembro.

Bolsas vigentes estão mantidas

"A suspensão é para bolsas destinadas via cotas às instituições que ainda não tinham sido preenchidas pela instituição. As já preenchidas e implementadas ficam garantidas", explicou o CNPq, em nota ao G1.

As cotas são vagas de bolsas permanentes em cursos de pós-graduação de universidades brasileiras. Os orientadores dos cursos selecionam estudantes para seus programas de pesquisa e os indicam para receberem as bolsas. Em geral, quando um estudante conclui sua pesquisa e defende sua dissertação de mestrado ou tese de doutorado, o contrato de bolsa que ele tinha é encerrado e, em seguida, um novo estudante do programa pode assinar um novo contrato e passar a receber o valor mensal.

Como as bolsas exigem um vínculo de exclusividade, os estudantes não podem atuar em outros empregos remunerados e, por isso, o valor mensal pago por agências de fomento como o CNPq é a única fonte de renda deles.

Em julho, o CNPq mantinha 84 mil bolsistas, um número que flutua mês a mês, à medida que alguns contratos são encerrados e outros têm início. O CNPq procura manter, em média, 80 mil bolsistas. Porém, esse número deve começar a encolher a partir desta quinta, já que, pela decisão anunciada, nenhum novo contrato será assinado pelo conselho.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**Caderno sobre política de alfabetização do MEC é muito genérico, dizem especialistas**

**Expectativa era de que a cartilha divulgada nesta quinta-feira (15) detalhasse decreto publicado pelo presidente no início de abril, quando trouxe os princípios da política de alfabetização. Especialistas falam em falta de clareza e efetividade.**

Por TV Globo

Após o Ministério da Educação (MEC) ter divulgado nesta quinta-feira (15) uma cartilha com orientações para prefeitos e governadores implementarem na prática a nova Política Nacional de Alfabetização (PNA), especialistas em educação avaliaram o documento como muito teórico e pouco efetivo. A expectativa era de que a cartilha detalhasse um decreto publicado pelo presidente Jair Bolsonaro no início de abril, que trouxe os princípios da política de alfabetização. O decreto prevê, entre outras mudanças, que o ensino infantil reforce as atividades de pré-alfabetização, e que haja esforço extra para concluir o ensino da leitura já no primeiro ano do ensino fundamental.

Presidente-executiva do Movimento Todos pela Educação, Priscila Cruz se diz frustrada. "A frustração é que esse caderno não traz nenhum detalhamento. Ele não traz a clareza que a gente precisa para ter uma política pública capaz de trazer resultados. É um caderno que tem objetivos ainda muito genéricos não traz clareza não tem o desenho de política pública ainda", disse.



Nas 56 páginas, a cartilha divulgada dá ênfase, por exemplo, ao método fônico, que privilegia o som das letras no aprendizado, e afirma que “a alfabetização no Brasil deverá basear-se em resultados, evidências científicas”. As evidências, no entanto, não foram apresentadas no evento de divulgação da cartilha, que contou com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, o secretário de Alfabetização do MEC, Carlos Nadalim e o ex-secretário de Educação e Cultura de Portugal, Nuno Crato. Eles saíram do evento sem falar com a imprensa.

O documento com as orientações não havia sido divulgado anteriormente para os gestores, mas foi disponibilizado no site do MEC na manhã desta quinta. A secretária de Educação do Mato Grosso do Sul e presidente do Conselho dos Secretários Estaduais de Educação (Consed), Cecília Motta, por exemplo, disse que conheceu o documento na manhã desta quinta e que se não for possível tirar dúvidas até o fim do ano, será difícil implementar em 2020.

"Acho que precisa de formação. Nem sempre a culpa é do professor, é ele que alfabetiza, mas as vezes ele não tem essa formação, ele não sabe, ele sai da universidade, ele faz um concurso público e quando entra numa sala de aula com 30, 25 crianças para alfabetizar, ele não tem esse domínio. Então, basicamente para mim, falta formação do educador, do professor", disse.

Cláudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais, da Fundação Getúlio Vargas, lembra que é importante formar um consenso novo sobre alfabetização. “Eu sempre digo que método bom é aquele que o professor sabe utilizar. O que quer dizer que independentemente da abordagem que a gente selecione, é fundamental trabalhar com esse professor, dar uma formação sólida para esse professor, dentro da formação continuada em serviço para que ele alfabetize bem”.

As novas orientações sobre alfabetização foram publicadas em 11 de abril, na cerimônia de 100 dias do governo Bolsonaro – a medida estava na lista de 35 prioridades para o período. Mas, passados quatro meses, elas ainda não foram implementadas em nenhum colégio. O documento, publicado na forma de decreto, entrou em vigor imediatamente. O problema é que, sem instruções mais detalhadas, os secretários municipais e estaduais de educação não tinham como elaborar novas propostas de alfabetização para os colégios.

Só a partir de agora é que um grupo de especialistas criado pelo MEC começa a definir o que vai mudar na prática e elaborar um guia para os professores em sala de aula. Mas, de acordo com o ministério, ainda não há prazo para essa mudança na alfabetização. Segundo a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) de 2016, mais da metade das crianças estão terminando o terceiro ano sem saber ler e com desempenho baixo em matemática. A avaliação testou dois milhões de alunos do ensino fundamental em todo o país.

Weintraub fala em crime na educação

O governo federal defende uma mudança radical no aprendizado, com um método único em todas as escolas. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que a medida é urgente.

“No terceiro ano as crianças são avaliadas e metade não sabe escrever, não sabe fazer conta básica. Isso é mais do que um fracasso, é um crime. Pode ter ou não ter dolo, mas é um crime o que está sendo feito no Brasil. Crime. Falar que está tudo bem é mentira; ao mesmo tempo, falar que está tudo errado não é uma alternativa boa. O Brasil tem exemplos de sucesso”, disse, para depois deixar a cerimônia sem responder a perguntas dos jornalistas.

O que é a Política Nacional de Alfabetização?

A Política Nacional de Alfabetização é um decreto publicado em abril que prevê, entre outras mudanças, que o ensino infantil reforce as atividades de pré-alfabetização, e que haja esforço extra para concluir o ensino da leitura já no primeiro ano do ensino fundamental.

Entre os objetivos do decreto publicado está cumprir a meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE). A meta, que entrou em vigor em 2014 e tem vigência até 2024, diz que todas as crianças devem ser alfabetizadas até no máximo o final do 3º ano do fundamental, ou seja, aos 8 anos de idade.

A política também prioriza um método de ensino sobre os demais: o chamado método fônico, classificado no decreto como uma lista de "seis componentes essenciais para a alfabetização".

Segundo especialistas ouvidos pelo G1, a criação de uma política nacional de alfabetização é positiva, mas a priorização de um único método pode levar à padronização do ensino, e o risco disso é limitar tanto as possibilidades de os professores ensinarem, quanto as possibilidades de os alunos aprenderem.

topo ↕

## **G1 - TEMPO REAL**

**Com infraestrutura precária, escolas do Mato Grosso reivindicam melhorias  
Alagamentos, infiltração e infestação de pombos são alguns dos problemas encontrados pelo Profissão Repórter nas escolas do Estado.**

Desde o dia 27 de maio, o Mato Grosso assiste a uma série de protestos dos professores do ensino estadual por melhores salários e infraestrutura para as escolas. O Profissão Repórter visitou sete escolas cujas aulas estão paralisadas há mais de dois meses. Vazias, elas revelam problemas estruturais e o descaso do poder público.

Na Escola Estadual Cel. Antônio Paes de Barros, em Barão do Melão, o diretor e os professores é quem colocam a mão na massa para amenizar a precariedade do prédio. Com portas quebradas, salas improvisadas e banheiros sem condições de uso, o local carece de restaurações básicas. “Um abandono, na verdade tem um abandono total”, relata o professor Harrison Pompeu.

A 640 km dali, em Cuiabá, a Escola Estadual Santos Dumont não recebe uma reforma há 43 anos, quando foi fundada. O teto do edifício enfrenta problemas de infiltração que, além de ocasionar alagamentos durante os períodos de chuva, também afetam a eletricidade. A professora Paula Cunha conta que, devido ao problema com a água, curto circuitos ocorrem esporadicamente. Em época de temporais, os alunos são retirados às pressas das salas. Apesar do cenário de abandono, a professora mantém a

expectativa de que as coisas podem melhorar.

“A gente ainda tem esperança de que essa comunidade receba uma escola que merece. Uma escola climatizada, que não alaga, que não tem curto-circuito. Porque aí o trabalho vai ficar bem melhor e os resultados também vão ser bem melhores”, Paula Cunha.

Também localizada em Cuiabá, a Escola Estadual Diva Huguene de Siqueira Bastos espera há mais de cinco anos pela reforma que deveria criar mais salas de aula. Ao invés disso, os alunos estão alocados em contêineres – espaços abafados que, apesar do ar-condicionado, não amenizam as altas temperaturas da cidade. Com quadros brancos gastos, pisos, janelas e mesas quebradas, os professores se debruçam diante do desafio de manter a atenção dentro da sala improvisada.

“O dinheiro que se paga de aluguel desses contêineres há tanto tempo já poderia estar construindo novas salas de aula”, protesta a professora Lucilene da Silva. Parte da reforma começou há pouco tempo, mas ainda não chegou às salas. Uma das mudanças é a construção de um banheiro separado para os professores e funcionários que, até então, precisavam usar o mesmo dos alunos.

Do lado de fora, o cenário de abandono não é diferente. Com grades quebradas, a quadra esportiva está tomada por pombos. Enquanto voam de uma coluna a outra, as aves deixam um rastro de fezes e sujeira pelas arquibancadas.

Após 75 dias de paralisação, o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT) decidiu pelo fim da greve na última sexta-feira (9), depois de aceitarem a proposta encaminhada pelo Governo do Estado. As aulas devem ser repostas até o início do próximo ano.

topo ↕

## **UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL**

### **Governador do Rio é alvo de protestos durante banca de doutorado**

Rio

A banca de qualificação de doutorado do governador do Rio, Wilson Witzel (PSC), na tarde desta quinta-feira, 15, acabou em confusão do lado de fora, já que o acesso à sala não foi permitido. A etapa anterior à defesa da tese, no meio do curso, ocorreu em um câmpus da Universidade Federal Fluminense (UFF) diferente daquele para a qual estava prevista.

Seguranças à paisana interditaram o andar do prédio e, após pressão de estudantes que queriam assistir à qualificação, a Polícia Militar chegou. A presença dos cerca de quinze PMs causou mais tumulto. Ao deixar o prédio cercado por seguranças, o governador ouviu gritos de "pare de matar estudantes", "fascista" e "genocida".

Ele acenou para os cerca de 50 alunos, que o questionavam sobre os jovens mortos pela polícia do Rio nos últimos dias. O Estadão/Broadcast furou o bloqueio e questionou Witzel sobre como foi o momento acadêmico, mas não teve resposta. A tese do governador, intitulada A dimensão política da jurisdição, é vinculada à ciência política.

Após o alarde em torno da data da qualificação, com a promessa de atos dos estudantes, o local foi alterado sem aviso. Aconteceu no prédio da Faculdade de Administração, em

outro câmpus da universidade, também em Niterói, região metropolitana do Rio. Witzel já havia sido alvo de protesto em Niterói na noite desta quarta-feira, 14, quando participou de evento com o prefeito da cidade, Rodrigo Neves (PDT). O motivo era o mesmo: a política de segurança do governo estadual.

Conselheira universitária, a estudante de Relações Internacionais Diana Vidal, de 20 anos, disse que os manifestantes queriam fazer um protesto pacífico dentro da sala. Eles tentaram entrar pela escada do prédio, mas seguranças à paisana impediram a entrada dos alunos e dos jornalistas. Os jovens discutiram com os homens e, depois, com os agentes da PM.

"Queríamos mostrar, durante a qualificação, os rostos dos jovens mortos pelo governo. Sem agredir ninguém", explica Diana. "Nós somos estudantes da universidade e temos o direito de assistir à qualificação. Interditaram todo um setor e a reitoria disse que autorizou a entrada da Polícia Militar."

Procurado, o governador disse via assessoria de imprensa que "respeita qualquer manifestação, desde que ocorra dentro dos limites legais e da democracia".

Em nota, a UFF disse que o esquema de segurança foi organizado pela equipe do governador e que "só eles possuem detalhes sobre o seu planejamento." A universidade afirmou ainda que os policiais acompanhavam a comitiva de Witzel. "Neste evento, a relação da UFF com o governador foi uma relação de uma instituição de ensino com o seu estudante."

Já a Polícia Militar alegou que tem o "dever constitucional de garantir a segurança e a integridade física tanto do Governador do Estado como das demais autoridades constituídas democraticamente." E disse que a presença dos agentes no campus foi solicitada pela própria universidade.

#### **BLOG DO VALENTE - TEMPO REAL**

Unicesumar lança Biblioteca Digital com serviços para alunos e comunidade  
Com o meta-buscador, ferramenta facilita o desenvolvimento de pesquisas científicas e disponibiliza conteúdos próprios produções internas para acesso público  
Já está em funcionamento a nova Biblioteca Digital Unicesumar (BDU), um meta-buscador integrado com catálogo online de todo o acervo da Instituição, que vai desde livros físicos, e-books, artigos científicos, teses, dissertações, entre outros. O novo sistema possibilitará ao aluno a renovação de livros online e buscas com pesquisas avançadas. Para a comunidade, o benefício se dá pelo acesso gratuito às produções acadêmicas e docentes que são realizadas dentro da Instituição. A Unicesumar é uma das primeiras instituições de ensino a aderir ao novo método.

Ao digitar as palavras-chave no meta-buscador da Instituição a pesquisa é realizada simultaneamente no catálogo da Biblioteca Central, catálogo dos Campi, Repositório Digital da Unicesumar (RDU), Portal de Revistas Científicas, Bases de Dados assinadas e Portal Capes. Tudo é realizado online em uma pesquisa única e de forma potencializada. Por meio das palavras-chave, o pesquisador poderá ter acesso a todo o desdobramento do assunto procurado, além da utilização de filtros que facilitarão na agilidade da procura.

“O pesquisador de hoje não tem tempo a perder, antes se perdia muito folheando os livros, tirando cópias e, muitas vezes, lendo artigos que não correspondiam ao segmento buscado”, enfatiza a Diretora de Pesquisa da Unicesumar, profa. Ludhiana Ethel de Matos Garbugio. Citando o exemplo da área da saúde, em que a segmentação do conteúdo buscado é fundamental, Ludhiana complementa: “A nova plataforma segue um padrão internacional de procura, filtrando o conteúdo por ano, local, autor, área, dentre outros. Uma pesquisa para o assunto Alzheimer, por exemplo, poderá ser segmentada com mulheres acima de 60 anos ou especialmente para idades diferentes ou outro gênero, que é um caso raro”.

A integração do conteúdo tem como objetivo chegar à informação necessária de forma mais rápida e assertiva, até a obtenção de dados sobre casos raros, mais específicos ou dentro de uma janela temporal. “Para a comunidade acadêmica, isso é um ganho imensurável. Aumenta o acesso do aluno e pesquisador aos bancos de dados que estão disponíveis, dando mais visibilidade aos trabalhos desenvolvidos pelos alunos e congregando a produção em todos os campi da Unicesumar. Todo pesquisador quer que a sua produção seja lida e não algo arquivada”.

Quem tiver interesse no acesso à Biblioteca Digital Unicesumar poderá conferir pelo site institucional [www.unicesumar.edu.br/biblioteca](http://www.unicesumar.edu.br/biblioteca). As bases são compostas de conteúdos exclusivos para os alunos da Instituição e os conteúdos de acesso livre. Dentre as opções de acesso gratuito, está a base própria, com a produção de alunos que atingiram notas acima de 90, esse conteúdo que comporta os TCCs, além de todas as dissertações, teses e revistas científicas da Unicesumar. A produção pode ser lida de qualquer lugar com acesso à internet.

Assessoria de imprensa EAD Unicesumar

## FUNDACRED - TEMPO REAL

Cooperação internacional é foco da 10ª edição do InfoCAPES

Da ação com a França, em 1978, à mais recente parceria, em 2018, com a Alemanha, pela Universidade de Tübingen, já se somam centenas de acordos firmados pela CAPES com diversos países e instituições estrangeiras ao longo de 41 anos de cooperação internacional. O balanço desta iniciativa é abordado no InfoCAPES de agosto.

A décima edição do informativo traz exemplos de cooperações internacionais e mostra os resultados desta parceria, desde a mais antiga, o Cofecub, com a França, ao Probral, a maior delas, com a Alemanha. No boletim, o leitor encontrará detalhes sobre as instituições, conhecerá a relação da CAPES com a Fulbright e o programa que traz alunos e professores do exterior para desenvolverem pesquisas nas universidades brasileiras.

A cooperação internacional tem tido um papel relevante no desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da inovação na pós-graduação. Atualmente, são 77 acordos, dos quais 37 estão com projetos ativos, com mais 1,3 mil pesquisadores participantes do Brasil e de outros países em cerca de 450 diferentes projetos de pesquisa.

## INFONET - TEMPO REAL

Prazo de inscrições para o Prêmio Luiz de Castro Faria acaba sexta

Pesquisadores e estudantes podem inscrever seus projetos de valorização ao Patrimônio Arqueológico Brasileiro no Prêmio Luiz de Castro Faria 2019. O prazo final para as inscrições foi prorrogado para o dia 16 de agosto de 2019. Podem participar brasileiros natos, naturalizados ou estrangeiros residentes no Brasil. Os trabalhos concorrerão a prêmios de R\$ 7 mil, R\$ 10 mil, R\$ 15 mil e R\$ 20 mil. O edital com a ficha de inscrição está disponível no portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Os projetos poderão ser inscritos nas seguintes categorias:

**Categoria I – Monografia de Graduação:** visa a apresentação de monografia final desenvolvida no âmbito de Cursos de Graduação em Arqueologia (ou com habilitação em Arqueologia reconhecido pelo MEC) e que verse sobre o patrimônio arqueológico brasileiro. Premiação: R\$ 10 mil.

**Categoria II – Dissertação de Mestrado:** visa a apresentação de dissertação de mestrado desenvolvida no âmbito de Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arqueologia (ou com área de concentração em Arqueologia reconhecida pela Coordenação de Pessoal de Ensino Superior/ CAPES) e que verse sobre o patrimônio arqueológico brasileiro. Premiação: R\$ 15 mil.

**Categoria III – Tese de Doutorado:** visa a apresentação de tese de doutorado desenvolvida no âmbito de Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arqueologia (ou com área de concentração em Arqueologia reconhecida pela Coordenação de Pessoal de Ensino Superior/CAPES) e que verse sobre o patrimônio arqueológico brasileiro. Premiação: R\$ 20 mil.

A beca

**Categoria IV – Artigo Científico:** visa a apresentação de artigo científico inédito que verse sobre o patrimônio arqueológico brasileiro. Nesta categoria serão contemplados dois trabalhos e poderão concorrer estudantes de Arqueologia e áreas afins, profissionais de arqueologia e áreas afins, com premiação de R\$ 7 mil para cada artigo vencedor.

Desde 2013, o Centro Nacional de Arqueologia (CNA/Iphan) promove o Prêmio Luiz de Castro Faria, em reconhecimento à pesquisa acadêmica que verse sobre o patrimônio arqueológico brasileiro que, devido a sua originalidade, vulto ou caráter exemplar, mereçam registro, divulgação e reconhecimento público. O resultado desta edição será divulgado em 30 de outubro de 2019.

**Luiz de Castro Faria**

Nascido em Niterói (RJ) em julho de 1913, o antropólogo, arqueólogo, professor, biblioteconomista e museólogo Luiz de Castro Faria foi um dos fundadores da Associação Brasileira de Antropologia. Foi responsável pela formação de uma geração inteira de antropólogos brasileiros nas universidades federais do Rio de Janeiro e Fluminense – UFRJ e UFF -, universidades onde recebeu o título de Professor Emérito.

Designado pelo governo brasileiro, foi responsável por participar, guiar e fiscalizar grandes expedições etnográficas do século XX. A última foi a Expedição à Serra do

Norte, chefiada por Claude Lévi-Strauss, em 1938. Luiz de Castro Faria morreu aos 91 anos, no dia 12 de agosto de 2004.

Fonte: Assessoria de Comunicação Iphan

## SEGS - PORTAL NACIONAL - TEMPO REAL

Programa Marca envia 42 estudantes brasileiros a países da América Latina oportunidade de melhorar a proficiência em língua espanhola, viver uma outra cultura e se envolver em projetos de pesquisa na área de conhecimentos dos seus cursos. A cada ano, estudantes brasileiros fazem as malas para a experiência de intercâmbio estudantil em países da América Latina no âmbito do Mercosul Educacional.

Para o início do atual semestre letivo, 42 estudantes brasileiros foram selecionados pelo Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (Marca), do Ministério da Educação e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

A Argentina foi o principal destino dos estudantes: 23 escolheram estudar no país. Uruguai, Bolívia, Paraguai e Colômbia foram outros lugares de destino.

Aluno do curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), em Campos Leopoldo (RS), Arthur Fidelix Ferrari fará intercâmbio na Universidad Nacional de Córdoba, na Argentina. “Espero obter novas visões e maneiras de pensar a arquitetura pela América Latina”, disse o estudante de 22 anos.

Bruna Henriques da Silveira, 23 anos, cumprirá o intercâmbio na Universidad Nacional de San Juan, na Argentina. “Uma mobilidade onde se juntam cultura, estudo e outro idioma transforma a vida de uma pessoa”, afirmou a estudante, que cursa Arquitetura e Urbanismo no Brasil.

Desde 2008, o Programa Marca já possibilitou a ida de 698 estudantes brasileiros a países latino-americanos. Em contrapartida, 745 alunos dos países vizinhos vieram estudar em universidades brasileiras. O período de cinco meses de estudo no exterior é custeado por ambos os países.

O Programa Marca objetiva melhorar a qualidade acadêmica por meio de sistemas de avaliação e acreditação de cursos. Para além do intercâmbio de estudantes, um coordenador em cada instituição fica responsável por orientar e acompanhar as atividades de estudo e pesquisa dos alunos.

## URURAU - TEMPO REAL

Prorrogadas até dia 18 inscrições de Mestrado em Macaé  
Foram prorrogadas até o próximo domingo (18/08) as inscrições online para o preenchimento de dez vagas no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Física (PPGEF), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ-campus Macaé), vinculado ao Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física (MNPEF). A turma iniciará o período letivo em 2020. O Mestrado destina-se a professores de Física do Ensino Médio e de Ciências do Ensino Fundamental, sem exigência de licenciatura em Física, e há possibilidade de bolsa de estudos para docentes efetivos, ou seja, permanentes e em exercício, da rede pública do ensino básico.

O mestrado, também chamado de Profis, é um programa em rede nacional de pós-graduação (strictu sensu), nível 4, presencial, e um dos polos é a UFRJ-Macaé que iniciou as atividades em 2014.

O programa é fruto de parceria da Sociedade Brasileira de Física (SBF), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e diversas universidades do país. O objetivo é capacitar uma fração significativa de professores quanto ao domínio de conteúdos de Física e de técnicas atuais de ensino-aprendizagem em sala de aula. O edital do processo seletivo, bem como o cronograma, local de provas, linhas de pesquisa e o link para as inscrições estão disponíveis no site do PPGEF <http://www.macaee.ufrj.br/ppgef>.

São quase 60 polos em todo o território nacional. O PPGEF é associado ao MNPEF como polo 27 (UFRJ-Macaé) que já formou, até o momento, 15 mestres em ensino de física, com a missão de transformar para melhor a realidade do ensino em Macaé e vizinhança. Estima-se que mais de cinco mil jovens do ensino básico, nas regiões Norte (Macaé), Serrana e Lagos do Estado do Rio de Janeiro, tenham sido impactados (direta e indiretamente) pelas novas técnicas e tecnologias de ensino.

As linhas de pesquisa são em três vertentes: Física no Ensino Fundamental Área de concentração: física na Educação Básica Desenvolvimento de produtos e formas de abordagem visando conteúdos de Física adequados a estudantes do Ensino Fundamental, de forma integrada com outras disciplinas.

Além disso, Física no Ensino Médio Área de concentração: física na Educação Básica e atualização do currículo de Física para o Ensino Médio de modo a contemplar resultados e teorias da Física Contemporânea visando uma compreensão adequada das mudanças que esses conhecimentos provocaram e irão provocar na vida dos cidadãos.

Outra abordagem será Processos de Ensino e Aprendizagem e Tecnologias de Informação e Comunicação no Ensino de Física Área de concentração: formação de professores de Física em nível de mestrado desenvolvimento de produtos e processos de ensino e aprendizagem que utilizem tecnologias de informação e comunicação tais como aplicativos para computadores, mídia para tablets, plataforma para simulações e modelagem computacionais, aquisição automática de dados, celulares e redes sociais.

O processo terá duas etapas com prova escrita, no dia 15 de setembro, Exame de Proficiência de Língua Inglesa, em 28 de outubro, e prova de defesa de memorial, de 29 de outubro a primeiro de novembro, conforme a ordem das apresentações. O resultado final será divulgado em 28 de novembro, período de matrícula de 10 a 14 de fevereiro de 2020 e o início das aulas ainda será divulgado.

## G1 - TEMPO REAL

Após instabilidade nos portais, MEC prorroga prazos do Prouni e Fies  
MEC diz que sites sofrerem ataques hackers e pediu investigação da Polícia Federal.  
O Ministério da Educação (MEC) prorrogou nesta quarta-feira (14) o prazo das inscrições das etapas em andamento do Programa Universidade para Todos (Prouni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Novas datas:



Prouni: estudantes não matriculados em instituições de ensino superior podem se inscrever nas bolsas remanescentes até 19 de agosto. Para os matriculados, a data final continua a ser 30 de setembro.

Fies: as Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento (CPSA) das instituições podem validar as informações prestadas por estudantes pré-selecionados na lista de espera até 16 de agosto.

MEC prorroga inscrições para alunos novos do PROUNI e do FIES

A decisão ocorre após o portal do programa e do fundo sofrer ataques hackers entre 5 e 7 de agosto, segundo o ministério. Alguns estudantes poderiam se prejudicar devido à instabilidade nas páginas do site do MEC.

O Sistema Presença, que registra a frequência escolar para pagamento do benefício do Bolsa Família, também passou por instabilidade. O ministério, no entanto, decidiu não prorrogar o prazo, já que a data limite para envio das informações é 23 de agosto.

Bolsas remanescentes do Prouni

Os interessados em obter uma bolsa de estudos deverão se inscrever no site do programa (<http://www.siteprouni.mec.gov.br/>). Pode concorrer:

Quem for professor da rede pública de ensino

Quem fez o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir de 2010, não tenha zerado na redação e tenha obtido nota superior a 450 pontos.

O Prouni foi criado em 2004 para oferecer bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior.

G1 - TEMPO REAL

UFRR rejeita adesão ao programa Future-se, do Ministério da Educação  
Decisão foi tomada pelo Conselho Universitário (Cuni) da instituição.

O Conselho Universitário (Cuni) da Universidade Federal de Roraima, órgão máximo da instituição, rejeitou, em nota divulgada nesta quarta-feira (14), o programa Future-se, do Ministério da Educação (MEC).

Na nota, publicada no site da UFRR, o Conselho decidiu, em reunião extraordinária realizada no dia 12 de agosto, se manifestar contrário por entender, que a minuta do programa não está detalhada.

"Está clara a ausência de políticas comprometidas com as premissas que constituem a universidade pública, apresentando, inclusive, falta de alinhamento com o Plano Nacional de Educação (2014-2024)", pontua um trecho do documento.

Entre outros pontos citados pela UFRR para rejeitar o Future-se, estão o impacto a autonomia universitária, o prazo curto para a análise do tema, além dos riscos de se vincular as instituições a "uma lógica mercadológica excludente que desvincula a responsabilidade do estado".

Em julho, o reitor da UFRR, professor Jefferson Fernandes, já havia comunicado que a instituição não teria condições de aderir ao programa porque ainda é jovem, de 30 anos,

que ainda depende fortemente do recurso público para funcionar. A universidade possui um orçamento anual de R\$ 235 milhões.

Future-se

O Future-se é uma iniciativa proposta pelo MEC, com o objetivo de aumentar a autonomia administrativa das universidades federais.

Como essas instituições sofrem com contingenciamentos e alegam que têm suas atividades prejudicadas com os bloqueios de orçamento, a solução apresentada pelo governo é firmar parcerias entre a União, as universidades e as organizações sociais.

Além disso, o Future-se também estimularia que as instituições captassem recursos próprios, que auxiliassem na sua manutenção.

O MEC reforça que não se trata de privatizar o ensino público, e sim de criar uma nova forma de financiá-lo. A cobrança de mensalidades em cursos de graduação, mestrado e doutorado está descartada, segundo o governo.

G1 - TEMPO REAL

Reitor diz que corte de verbas na UFPR pode comprometer o pagamento das contas de água e luz a partir de setembro

Corte de 30% nas universidades foi anunciado pelo governo federal em maio deste ano; UFPR disse que tem feito economias, mas que o dinheiro só é suficiente até o fim de agosto.

O reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Ricardo Marcelo Fonseca, afirmou que o corte de verba da universidade pode comprometer o pagamento das contas de água, luz e também de serviços contratados.

Segundo a universidade, desde que o corte de 30% foi anunciado pelo governo federal, em maio deste ano, a UFPR adotou medidas para tentar reajustar o orçamento.

Viagens de professores para congressos e aulas de campo, levando alunos para outros locais, por exemplo, foram reduzidas.

O problema é que mesmo com essas medidas de economia, a previsão é de que o dinheiro acabe no fim deste mês.

"Qualquer ajuste que a gente faça nesse sentido, nunca vai ser suficiente para que a universidade chegue até o fim do ano. Esses ajustes podem viabilizar que a universidade chegue até o final do mês de agosto, caso não retornem os recursos bloqueados no orçamento", declarou Fonseca.

Segundo a universidade, o corte de 30% no orçamento das instituições federais de ensino anunciado pelo Ministério da Educação representa um bloqueio de R\$ 48 milhões nas verbas da UFPR.

MEC diz que bloqueio de 30% na verba vale para todas as universidades e institutos federais

Atualmente, a UFPR possui 33 mil alunos matriculados em cursos de graduação, pós-graduação, programas de mestrado e doutorado, além de cursos de especialização e projetos de extensão.

O Ministério da Educação informou que liberou na semana passada mais de R\$ 7 milhões para a UFPR, que representa 5% da verba prevista na Lei Orçamentária.

Contudo, a universidade disse que esse recurso já estavam previstos e que fazem parte verba bloqueada.

O MEC afirmou ainda que mantém diálogo constante com os dirigentes das universidades e que os recursos podem ser liberados dependendo de uma evolução positiva do cenário fiscal do país.

## PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Presidente da Andifes - MEC não pode tratar universidade como repartição

João Carlos Salles fala sobre estratégias para lidar com o programa Future-se; para ele, universidade pública é projeto de Estado, não de governo

Aos 57 anos, o reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBa), João Carlos Salles, não tem dúvidas de que vive seu momento mais desafiador como gestor. À frente da reitoria da UFBa desde 2014, o baiano de Cachoeira assumiu em julho a presidência da Andifes – a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

Em sua primeira entrevista exclusiva à frente da associação, Salles recebeu a Agência Pública em sua sala na reitoria, localizada no centro de Salvador, no dia 12 de agosto, um dia antes de se encontrar em Brasília com o ministro da educação, Abraham Weintraub.

Durante a entrevista, o reitor explicou qual será a estratégia da Andifes diante da defasagem orçamentária dos últimos cinco anos nas federais, agora agravada com o bloqueio de 30% das verbas discricionárias, anunciada em abril pelo MEC. “É meio estranho discutir o futuro das universidades se nós não temos garantia de que em setembro as contas poderão ser pagas”, diz.

Outro assunto abordado foi o programa Future-se, que, lançado em 17 de julho pelo MEC, passa por consulta pública até amanhã e tem sido alvo de protestos e críticas. Para Salles, corre-se o risco, com o programa, de “uma renúncia do compromisso do Estado com o financiamento do ensino público superior”.

Salles diz, no entanto, que não abre mão da “postura radical do debate”. “Precisar cada um desses argumentos [do Future-se] é fundamental”, afirma. A seguir, os principais trechos da entrevista.

O senhor é reitor da UFBa desde 2014, citada pelo ministro Weintraub na declaração sobre a “balbúrdia” nas universidades, que antecipou várias mudanças. Como presidente da Andifes, qual será sua estratégia para lidar com esse cenário?

A primeira questão é o enfrentamento do problema orçamentário atual, há um déficit orçamentário no conjunto do sistema. Esse déficit é até maior em investimentos, tanto

que a situação implicou em um conjunto de obras paradas, mas é ainda mais significativo no dia a dia, nos recursos de custeio.

As universidades têm enfrentado a necessidade de diminuir contratos, reduzir despesas, suspender editais e assim por diante. E agora isso é mais grave em função do bloqueio de 30% de custeio. A primeira missão é reverter esse bloqueio e lutar para que o orçamento de 2020 não seja inferior ao orçamento de 2019, [porque] há sinais, não muito claros, de que isso pode ocorrer. Se já está difícil neste cenário, imagine se houver uma redução em relação ao que foi executado este ano.

Se não se garantir o que foi aprovado na LOA [Lei Orçamentária Anual] do ano passado, isso pode significar um retrocesso grande no investimento e na vida da universidade atual. Não é uma primeira missão que a gente escolha, é um projeto que foi trazido para nós, e não podemos driblar.

E a segunda missão?

Quando um sistema é atacado, é natural que divergências naturais, que existem e são saudáveis, possam ser enfrentadas de maneira equivocada, com afastamentos e divisões por conta de divergências que, em circunstâncias normais, seriam bem resolvidas. Então temos que garantir a unidade, evitar que essas divergências venham a enfraquecer a associação.

Essa é a segunda missão. O que nos une são os princípios da Andifes: a defesa da autonomia da universidade, do financiamento público do ensino superior, a defesa de que seja respeitada a indicação da comunidade que se mobiliza para escolher seus dirigentes...

O senhor foi eleito em chapa única e, se não me engano, foram apenas quatro votos em branco entre os 67 membros. Isso mostra unidade na Andifes?

Acho que essa votação expressa pelo menos uma grande hegemonia em torno desses valores. O que nos dá uma boa base para trabalhar para que essa unidade se fortaleça. Programas como o Future-se desafiam o conjunto das universidades a tomar posição. A Andifes já discutiu ao longo do tempo uma lei orgânica para as universidades. Ou seja, a ideia de que a universidade é um ente específico, e não uma repartição pública.

Temos pautas imediatas que nos foram trazidas por uma reversão no quadro orçamentário das universidades – até 2014 nós não tínhamos problemas de orçamento e, de 2014 para cá, temos enfrentado essa defasagem, e agora esse bloqueio e a discussão do orçamento de 2020, como algo incontornável.

Além disso, temos que formular propostas; não necessariamente de contraposição às apresentadas pelo governo, mas de proteção daquilo que é essencial à vida da universidade. Se isso vai levar a um enfrentamento, talvez a uma postura maior de confrontação, o cenário político vai dizer.

A carta de Vitória da Andifes, publicada logo após a sua eleição, não é uma carta de enfrentamento ao Future-se, não bate de frente com o programa.

Eu diria que a carta de Vitória, num certo sentido, é radical. Ela é radical na defesa do método da argumentação, radical na defesa de que as comunidades têm que ser ouvidas, respeitadas.

Mas seria precipitado dizer não imediatamente. Ao mesmo tempo, a carta já adianta uma série de preocupações e objeções ao modo inicial como o Future-se foi formulado. A carta de Vitória é radical no sentido de lembrar que é meio estranho discutir o futuro das universidades se nós não temos garantia de que, em setembro, as contas poderão ser pagas.

Eu queria ler um trecho da carta para que o senhor pudesse comentar: “Elementos interessantes do programa não são novos e antes reconhecem o que já se pratica virtuosamente no ambiente e no contexto da legislação de nossas universidades, alguns elementos novos não parecem interessantes”. Tem um recado aqui?

Tenho que confessar que esse trecho esconde quase um plágio de uma famosa frase dita por um professor ao arguir uma tese. Ele se virou para o aluno e disse: “As coisas interessantes não são novas e as novas, essas sim, não são interessantes”.

Brincadeira à parte, de fato o programa [Future-se] tem coisas interessantes no sentido de que recolhe experiências e exemplos que já são praticados na universidade. Parcerias público-privadas, às vezes feitas através de fundações, iniciativas que favorecem empresas juniores, iniciativas de intercâmbio internacional, nós já encontramos dentro das universidades, não é novo. Aliás, é bom lembrar que a universidade é o lugar privilegiado para qualquer estratégia de inovação. A inovação não é feita sobretudo nas empresas, a boa inovação começa na pesquisa.

E alguém que aponte inovação deve ter em conta a infraestrutura de pesquisa disponível na universidade. Podemos pensar em burocratização, que às vezes pode parecer um entrave para essa ou aquela pesquisa. Pode parecer, porque o “virtuosamente” da frase aponta para a ideia de que não vale tudo na universidade.

E na universidade pública o resultado tem que estar amparado por uma legislação que proteja o interesse público. Então o “virtuosamente” vem para salientar o fato de que fazemos, sim, inovação, fazemos pesquisa, mas num contexto de legislação que não macula a natureza pública de nossa instituição.

E o que parece novo?

O que parece novo tem trazido alguma inquietação. Destacaria duas coisas, que são mais salientes, e algumas outras que também são preocupantes. Novo, em primeiro lugar, está a exigência de um contrato de gestão com organizações sociais [Oss], e que, talvez, numa nova versão, incorpore fundação.

Essa ideia implica imaginar uma diminuição [que] não [é] do peso ou de um suposto poder do reitor, que não está joga, mas do poder de uma administração central universitária, composta por pró-reitores, superintendentes ligados às várias dimensões, com pessoas da comunidade e, sobretudo, com os nossos conselhos que devem determinar para onde vão os investimentos, que cursos devem existir.

Veja também

CLAUDIA COSTIN

BRASIL

Cláudia Costin: Risco do Future-se é MEC parar de investir na universidade  
query\_builder23 jul 2019 - 12h07

A ideia da gestão da universidade ser em parte transferida, e também nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, sugere uma diminuição daquilo que é próprio de uma administração pública universitária, não de uma repartição pública, o que não somos. Essa é a primeira preocupação.

A outra é o orçamento adicional suplementar, que, em tese, não redundaria numa diminuição do compromisso com a universidade. Em tese, porque é dito que não haverá retaliação para quem não vá aderir nem diminuição do financiamento público.

Mas pode haver, sim, uma renúncia do compromisso do Estado com o financiamento do ensino público superior. E não apenas para quem não aderir, mas também para quem aderir, porque a parte adicional advirá de outras fontes que não de recursos públicos. Isso é preocupante, a renúncia desse compromisso, que é um compromisso de Estado.

Pode haver divisão no ensino público superior?

Essas são duas grandes novidades que impactam o sistema. Uma diminuindo a autonomia; a outra dividindo o sistema de ensino público superior em dois tipos, com regramentos distintos.

Um que tem o limite do teto de gastos, o outro que pode fugir do limite do teto de gastos; um que será estimulado a captar, o outro que faz captação, mas que não será estimulado a isso porque tem um teto de gastos. Isso é complicado. Aliás, as universidades já captam recursos.

O problema é que nós temos um teto para a utilização desses recursos e a demanda por tirar esse teto é antiga. Outras questões: qual foi o estudo de viabilidade desse fundo? Será que esse fundo será um bom investimento para os setores privados? Quanto tempo de maturação terá esse fundo a tal ponto que possa, sim, significar o orçamento adicional que venha a garantir o funcionamento regular das universidades? Cadê o estudo? O desafio é grande, então nós queremos uma solução robusta.

Essa interlocução com o MEC existe? A Andifes conversou com o ministério antes do Future-se? Houve uma apresentação prévia disso para vocês?

Existem regras de colaboração. Quando você é chamado a colaborar com uma proposta, a escrever um texto, as suas ideias são utilizadas e você sabe que suas ideias estão sendo utilizadas. Você só autoriza seu nome para assinar um texto se você lê o texto e concorda com ele.

Então ficamos surpresos quando dito que os reitores tinham ciência. Não temos informação de nenhum reitor que tenha colaborado sabendo que estava colaborando com essa proposta. Foi registrado pelo secretário que os reitores estavam colaborando sem saber, mas nenhum autor que nos consta colaborou diretamente na formulação da proposta.

Esse movimento inicial dos bloqueios orçamentários veio como associado à “balbúrdia” e direcionado a três federais, entre elas a UFBA. Por que essas três? Foi uma afronta à instituição ou é uma afronta aos reitores?

Exatamente essa estranheza. Até por isso, uma afronta à verdade. Por mais que eu ache que a UFBA, por exemplo, tem uma especial vitalidade, uma história de grande movimentação, o que nós fazemos é reconhecido no conjunto das universidades brasileiras.

Temos um movimento estudantil forte, um movimento docente forte, um movimento dos técnicos forte, que sempre importaram para a defesa e o avanço da universidade, pautando questões, corrigindo rotas e trazendo novidades que são incorporadas ou não à vida universitária.

Talvez em algum momento essas universidades tenham tido atividades mais dessa e daquela direção, contrariando uma leitura enviesada e pouco receptiva à vida universitária. Não vejo uma afronta ao reitor, mas um desconhecimento do que é a vida universitária.

O senhor colocaria numa perspectiva de um ataque ideológico ou não?

A universidade não tem ideologia. Ela é um patrimônio da humanidade, um valor universal. Não é um projeto de governo, é um projeto de Estado, que comporta algumas dimensões próprias. Por exemplo, liberdade de cátedra, liberdade de crítica, [que é] um modo de exercitar o conhecimento, um lugar de confrontação de gerações.

Isso é um modelo em que os jovens aprendem também o exercício da democracia, de formas diversas de democracia – desde democracia direta, dos diretórios acadêmicos, até a democracia representativa dos conselhos superiores.

Ou seja, a universidade é um modelo que tem uma autonomia e uma vida própria que incomoda a quem não é simpático a essa dimensão que foge ao controle. Fugir ao controle é da vida universitária. E esse controle não é de nenhum partido, não se subordina nem a governos, nem a partidos, nem a sindicatos.

O Future-se é uma forma de amarrar a universidade pública ao desejo do governo?

Veja, não renuncio à postura radical no debate. Afirmar a necessidade de debater, de precisar cada um desses argumentos, é fundamental. Mas, se eu for antecipar um juízo, me parece que houve uma escolha. O Future-se parece preferir um tipo de universidade ou olhar unilateralmente para a universidade.

Lembre-se de que é um programa de universidades inovadoras e empreendedoras, não é um programa para universidades. Ele qualifica que tipo de universidade se sentiria mais à vontade com esse programa: a que tem uma relação preferencial com o mercado, com pesquisas mais aplicadas, com a possibilidade de criar novas patentes e assim por diante.

Evidentemente, esse desenho não favorece esse outro lado da universidade, que preserva a memória, a tradição, que protege saberes. Um exemplo: na UFBA nós não temos apenas professores de inglês, temos excelente professores de latim, e isso é um luxo importante: faz com que a nossa universidade esteja em sintonia com grandes departamentos da Europa e dos EUA exatamente pela possibilidade de cultivar saberes que não têm aplicação imediata nem retorno imediato no mercado.

Então diria o seguinte: não se trata de uma preferência política, vamos descartar a visão política do governo, do ministro, do secretário, de quem quer que seja...

É possível fazer isso?

É possível, sabe por quê? Porque acho que é menos [questão de] ser mais inclinado nessa ou naquela direção política, há um comprometimento da natureza, da essência da universidade. Ela pode se amesquinhar como um projeto mais amplo, mais generoso, mais pleno. A UFBA é uma universidade onde você tem excelência em todas as áreas do saber.

Ela não favorece somente aquelas áreas que têm uma capacidade de captação, mas também não inibe essas áreas. Aqui você tem lugar para as artes, saúde, para as exatas, até para a filosofia. Então, mais do que apenas imediata filiação partidária que eventualmente o governo tenha, o risco que nós corremos – se houver risco, temos que discutir, que verificar cada uma das implicações – é o de comprometer um projeto da sociedade, que cultiva vínculos de memória e de futuro, ou seja, de inovação.

Cultiva questões tradicionais e questões que são ultramodernas, questões globais da nossa comunidade científica internacional e questões locais que têm a ver, no caso da UFBA, com estarmos na Bahia, da UFMG, com estar em Minas, da UnB, com estar no Distrito Federal. Uma cor local sempre dá uma textura especial para o saber produzido, trazendo temas, questões, pautas de pesquisa específica.

Logo que assumiu a presidência da Andifes, o senhor disse que algumas questões são inegociáveis na universidade pública. O que é inegociável a partir do que vocês já sabem sobre o Future-se?

Estamos debatendo esse projeto, mas segundo certos critérios. O que um gestor, quando avalia um projeto, um sistema de ensino superior, deve pensar? O que ele deve proteger?

Deve proteger, por exemplo, a unidade do sistema. Então me parece que é indesejável você ter um sistema de ensino superior federal com dois regimentos distintos. Temos que evitar uma divisão de critérios, por exemplo, em relação a planos de carreira. Vamos ter um lugar com trabalhadores com vínculos de carreira, outros celetistas, simplesmente. Um será mais determinado pelo mercado e outro, por uma maneira mais sólida e científica de avaliação.

A unidade é algo a se preservar, a comensurabilidade do sistema é algo a se proteger. Um sistema de ensino superior deve tentar garantir que, na longa duração, cada unidade universitária tenha um trabalho que seja comensurável ao de qualquer outra. Seria indesejável ter universidades condenadas a não ter pós-graduação, por exemplo.



Veja também

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

BRASIL

Universidades federais dizem só ter como pagar as contas até setembro

query\_builder9 ago 2019 - 13h08

Pesquisa científica

BRASIL

Sem verba, CNPq suspende edital para novas bolsas de pesquisa

query\_builder25 jul 2019 - 08h07

É preciso garantir a integridade do sistema, que não é determinado de fora, mas pela maturidade de escolher seu destino, de exercer a escolha da aprovação de cursos, as políticas que vai implementar, [o que é] garantido no artigo 207 da Constituição.

A integridade significa que o interesse do indivíduo e do grupo deve ser protegido, mas não se pode comprometer o interesse do coletivo. E, se você fragmentar a universidade em várias unidades gestoras, com capacidade de captação, que receberiam recursos isoladamente e sem se submeter a nenhum crivo coletivo, você compromete. Isso me parece inegociável.

O ministro, em uma entrevista, afirmou que defende a autonomia, mas que ela não é soberana. Qual o limite da autonomia universitária?

Isso é um truísmo. Evidentemente, autonomia não é soberania. Quem tem soberania é o povo, expressa na Constituição, não é a prerrogativa de uma universidade. A universidade tem a autonomia no contexto de uma legislação estabelecida por quem é soberano, portanto, aquilo que é dado na Constituição.

Para mim, assim como o ministério não é soberano, a universidade não é soberana. Nós temos limites, marcos legais em que estabelecemos nossas ações.

Mas somos autônomos, temos a prerrogativa dada pela sociedade de decidir o que pesquisar, o que ensinar, como ensinar e, de preferência, de cumprir também metas pactuadas nacionalmente. Por exemplo, a meta que leva a supor que ainda é necessário – e é necessário – aumentar o número de vagas para o país. Vagas públicas, em especial.

O ministro disse ainda que as universidades federais brasileiras têm “uma taxa de insucesso na formação do aluno muito grande”. Ele se refere à evasão, sobretudo.

A evasão nas escolas privadas é maior do que nas universidades públicas. Esse é um problema sério que não pode ser ideologizado, tem de ser enfrentado. Não se pode utilizar contra as universidades aquilo que é resultado de uma virtude de crescimento. Temos que corrigir, sim, o processo de evasão, de retenção também.

Por que acaba comprometendo o acesso de mais pessoas à universidade e, é claro, a uma formação mais adequada. Mas essas são questões que são pensadas dentro da universidade. De maneira profissional: nas faculdades de Educação, nas unidades de avaliação interna.

O ministro também disse que é outra “mentira que nós estamos no topo na geração de conhecimento científico”.

As universidades públicas, incluindo as federais, são responsáveis pela quase totalidade da produção científica. Algumas questões podem ser colocadas acerca do que é relevante ou não, e isso precisa, mais uma vez, da radicalidade da discussão. Quais são os indicadores utilizados? Não podemos utilizar indicadores de exatas e aplicar em humanas, nem utilizar indicadores que são aferidos em temas mundiais para temas locais, que vão interessar a pequenas comunidades.

O que não significa que a pesquisa não seja relevante. Só para lembrar, há uma área fundamental, hoje, de doenças negligenciadas, que são as que atingem pequenas populações. Evidente que não têm o mesmo status que o câncer, aids, que atingem populações mundiais de maneira muito significativa, mas isso não torna essas pesquisas irrelevantes.

Se nós queremos falar com seriedade sobre o que é qualidade da produção, temos que refinar nossos índices. As universidades estão dispostas, sim, a discutir esses indicadores. E a discutir providências para evitar evasão.

“R\$ 450 mil é muito dinheiro” para um diploma na federal, disse o ministro. Até que ponto o custo deve ser levado em conta?

Acho que é responsável levar o custo em conta, embora essa palavra [gere] a ideia de que se está gastando algo e não investindo no futuro. Investimento no aluno seria uma maneira mais generosa de pensar. E ao pensar [em custo] temos que saber o que estamos levando em conta.

Por exemplo, estamos dividindo o orçamento global da universidade por aluno. Mas estamos levando em conta os aposentados, que equivalem geralmente a 30%, 35% da folha de pagamento? Ao colocarmos a evasão embutida no custo, será que estamos considerando isso quando vemos os dados dos países de fora?

Será que evasão só existe no Brasil? Sim, acho importante discutir esses valores, porque é responsabilidade com o dinheiro público, mas temos que fazer essa conta muito precisa para não chegar a ilações que não vão ajudar a elaboração de uma política pública.

Na quinta-feira, dia 15/8, termina o prazo de consulta pública para o Future-se.

O formulário do MEC deve estar tendo resultados os mais diversos, que chegam em documentos, em textos, em vídeos, refletindo sobre o Future-se. Certamente o MEC vai fazer disso aquilo que acha mais adequado para uma proposta no espírito que ele considera adequado para as universidades.

Uma vez apresentado esse projeto, cabe, sim, instar as universidades a se posicionarem, porque um outro palco de debate acerca desse projeto será o Parlamento. E esse é um palco importante onde os interesses da universidade poderão ser confrontados.

A Andifes está preparada para esse embate no Congresso?

Vamos nos colocar à disposição. E certamente dialogar com a Frente Parlamentar pela Valorização das Universidades Federais, com a Comissão de Educação. Quero registrar que a Andifes esteve numa reunião da Comissão de Educação com o presidente da comissão, e ele se comprometeu a que o debate sobre o programa passará pela Comissão de Educação.

O senhor está no momento mais desafiador de sua vida como gestor?

Como gestor, sem dúvida. É uma honra estar à frente da Andifes num momento difícil como este. Quero contribuir para que as universidades consigam superar esse momento de cerceamento orçamentário, que é muito grave.

O governo não está apostando na educação como uma saída, quando sabemos que a educação é a única aposta segura em momentos de dificuldade. Também pretendo fazer com que as universidades aprofundem o debate e se mobilizem.

Eu considero que o único dano irreparável que pode ser causado nas universidades virá das próprias universidades. As universidades não podem permitir que seja comprometida sua natureza, seus valores. Não podem deixar de ser o lugar do conhecimento, da luta contra a ignorância. Não podem ser o lugar do obscurantismo.

